

InterCement Brasil S.A. e Controladas

*Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
InterCement Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da InterCement Brasil S.A. essas práticas diferem das IFRSs aplicáveis às demonstrações financeiras separadas somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira nem pelas IFRSs. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de março de 2013



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audítors Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Tarcísio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011			31.12.2012	31.12.2011		
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	475.646	34.260	613.686	103.648	Fornecedores		136.926	116.136	387.432	284.908
Títulos e valores mobiliários	5	64.634	41.184	64.634	41.184	Debêntures	14	66.492	-	68.656	2.260
Contas a receber de clientes	6	75.053	142.507	185.519	246.990	Empréstimos e financiamentos	13	183.708	187.845	414.188	336.119
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(14.561)	(19.381)	(24.140)	(29.304)	Impostos e obrigações a pagar	12	56.698	39.333	86.586	85.358
Estoques	7	343.909	312.424	588.678	499.936	Salários e encargos sociais		37.450	38.563	94.208	80.535
Impostos a recuperar	8	35.882	78.885	38.642	82.002	Dividendos e juros sobre o capital próprio		24.387	83.969	27.139	85.221
Outros créditos		18.943	23.704	35.845	46.719	Adiantamentos de clientes		795	886	13.159	16.616
Total do ativo circulante		999.506	613.583	1.502.864	991.175	Partes relacionadas	18	140.610	129.752	53.078	56.306
						Outras obrigações		19.280	25.832	31.058	33.620
ATIVO NÃO CIRCULANTE						Total do passivo circulante		666.346	622.316	1.175.504	980.943
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	3.232	2.977	PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	6	288	274	288	274	Debêntures	14	1.490.803	-	1.496.479	7.739
Partes relacionadas	18	2.357	2.510	8.432	99	Empréstimos e financiamentos	13	578.850	698.649	1.068.012	1.073.828
Estoques	7	18.861	22.629	48.842	53.781	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	37.038	34.734	56.039	51.673
Impostos a recuperar	8	31.823	30.999	46.258	38.360	Provisão para reconstrução ambiental	16	55.586	54.532	77.618	87.033
Depósitos judiciais		18.360	16.078	18.360	16.304	Impostos e obrigações a pagar	12	23.966	24.539	26.192	27.116
Dividendos a receber	18	57.273	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	134.637	53.351	220.407	143.168
Outros créditos		5.181	5.495	28.727	6.082	Outras obrigações		6.917	10.072	74.929	75.447
Investimentos:						Total do passivo não circulante		2.327.797	875.877	3.019.676	1.466.004
Em controladas	9	1.448.764	1.419.733	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Em empreendimentos controlados em conjunto	9	59.472	63.002	-	-	Capital social	19	1.075.191	1.004.829	1.075.191	1.004.829
Outros	9	27.476	27.876	42.507	43.609	Reserva de capital		53.660	55.670	53.660	55.670
Imobilizado	10	1.510.238	1.314.014	2.714.324	2.321.822	Reservas de lucros		311.496	1.195.516	311.496	1.195.516
Intangível:						Ajustes de avaliação patrimonial		(1.875)	9.752	(1.875)	9.752
Ágio	11	216.174	216.174	1.198.127	1.198.913	Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		1.438.472	2.265.767	1.438.472	2.265.767
Outros intangíveis	11	36.842	31.593	65.433	53.413	Participação não controladora		-	-	43.742	14.095
Total do ativo não circulante		3.433.109	3.150.377	4.174.530	3.735.634	Total do patrimônio líquido		1.438.472	2.265.767	1.482.214	2.279.862
TOTAL DO ATIVO		4.432.615	3.763.960	5.677.394	4.726.809	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.432.615	3.763.960	5.677.394	4.726.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
RECEITA LÍQUIDA	21	1.723.802	1.652.092	3.224.495	2.884.373
CUSTO DAS VENDAS E SERVIÇOS	22	(1.268.674)	(1.195.743)	(2.371.000)	(2.056.016)
LUCRO BRUTO		<u>455.128</u>	<u>456.349</u>	<u>853.495</u>	<u>828.357</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	22	(117.028)	(132.982)	(239.731)	(257.723)
Equivalência patrimonial	9	94.510	166.996	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	22	44.618	23.424	40.050	76.189
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>477.228</u>	<u>513.787</u>	<u>653.814</u>	<u>646.823</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Variação cambial, líquida	23	(43.972)	(54.428)	(86.432)	(77.108)
Receitas financeiras	23	61.150	32.476	69.764	38.125
Despesas financeiras	23	(165.854)	(96.648)	(256.533)	(149.392)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>328.552</u>	<u>395.187</u>	<u>380.613</u>	<u>458.448</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	20	(3.424)	(10.826)	(56.311)	(61.586)
Diferidos	20	(81.287)	(81.781)	(80.022)	(90.051)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25	<u>243.841</u>	<u>302.580</u>	<u>244.280</u>	<u>306.811</u>
LUCRO ATRIBUÍDO A					
Participação controladora		243.841	302.580	243.841	302.580
Participação não controladora		-	-	439	4.231
LUCRO POR AÇÃO					
Básico/diluído por ação ON - R\$	25	<u>100.295,22</u>	<u>1,3274</u>	<u>100.572,71</u>	<u>1,3460</u>
Básico/diluído por ação PN - R\$	25	<u>120.005,82</u>	<u>1,5881</u>	<u>120.101,72</u>	<u>1,6103</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	243.841	302.580	244.280	306.811
Outros resultados abrangentes:				
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	(10.162)	18.749	(10.162)	18.749
Montante decorrente da incorporação do CESTE	-	2.144	-	2.144
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>233.679</u>	<u>323.473</u>	<u>234.118</u>	<u>327.704</u>
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL A				
Participação controladora	233.679	323.473	233.679	323.473
Participação não controladora	-	-	439	4.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reserva de capital				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Atribuível à proprietários da controladora	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ágio sobre integralização de ações	Reservas de lucros						
				Legal	Investimentos					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		906.431	55.670	85.853	973.023	(4.323)	-	2.016.654	10.460	2.027.114
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	302.580	302.580	4.231	306.811
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	20.893	-	20.893	-	20.893
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	(6.818)	6.818	-	-	-
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido		-	-	-	-	-	-	-	(596)	(596)
Aumento de capital - reservas de lucros		12.185	-	-	(12.185)	-	-	-	-	-
Aumento de capital em 15 de abril de 2011 (CESTE)		86.213	-	-	-	-	-	86.213	-	86.213
Dividendos pagos		-	-	-	(87.120)	-	-	(87.120)	-	(87.120)
Destinação:										
Constituição de reserva legal		-	-	15.470	-	-	(15.470)	-	-	-
Constituição de reserva para investimento	19	-	-	-	220.475	-	(220.475)	-	-	-
Dividendos a pagar	19	-	-	-	-	-	(73.482)	(73.482)	-	(73.482)
Outros-										
Prescrição de dividendos em controladas		-	-	-	-	-	29	29	-	29
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		1.004.829	55.670	101.323	1.094.193	9.752	-	2.265.767	14.095	2.279.862
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	243.841	243.841	439	244.280
Aquisição de controle		-	-	-	-	-	-	-	29.559	29.559
Outros resultados abrangentes	9	-	-	-	-	(10.162)	-	(10.162)	72	(10.090)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	19	-	-	-	-	(1.464)	1.464	-	-	-
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido		-	-	-	-	-	-	-	341	341
Aumento de capital em 19 de janeiro de 2012		55.332	-	-	-	-	-	55.332	-	55.332
Aumento de capital em 18 de abril de 2012		15.030	-	-	(15.030)	-	-	-	-	-
Valor a pagar do grupamento das ações em 2 de agosto de 2012		-	(2.010)	-	-	-	-	(2.010)	-	(2.010)
Antecipação de dividendos	19	-	-	-	(1.056.036)	-	(45.001)	(1.101.037)	(764)	(1.101.801)
Destinação:										
Constituição de reserva legal	19	-	-	12.265	-	-	(12.265)	-	-	-
Constituição de reserva para investimento	19	-	-	-	174.780	-	(174.780)	-	-	-
Dividendos a pagar	19	-	-	-	-	-	(13.259)	(13.259)	-	(13.259)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		1.075.191	53.660	113.588	197.907	(1.874)	-	1.438.472	43.742	1.482.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	328.552	395.187	380.613	458.448
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas operações:				
Depreciação, amortização e exaustão	69.940	67.064	141.063	126.956
Resultado de equivalência patrimonial	(94.511)	(166.996)	-	-
Reversão de provisões para perdas eventuais, líquidas	(3.130)	(4.862)	(6.197)	(70.739)
Juros, encargos provisionados e variações cambiais	157.888	94.352	255.775	176.542
Perda (ganho) na venda de ativo permanente	(45.589)	972	(18.722)	8.729
Ganho na participação acionária	-	-	-	223
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Partes relacionadas	4.151	(4.147)	383	(2.914)
Contas a receber de clientes	(17.819)	(9.626)	(23.841)	(31.310)
Estoques	(14.515)	(54.424)	(80.312)	(105.204)
Impostos a recuperar	42.179	(41.285)	40.952	(41.759)
Dividendos recebidos	2.821	46.106	64	-
Outros créditos	(9.776)	(1.391)	(27.396)	(10.010)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Partes relacionadas	66.288	60.745	48.113	33.992
Fornecedores	(11.488)	10.845	37.123	50.178
Salários e férias a pagar	(1.113)	6.395	2.482	23.499
Outras obrigações e contas a pagar	(1.419)	12.293	(935)	5.732
Impostos e obrigações a pagar	<u>13.368</u>	<u>5.328</u>	<u>15.078</u>	<u>6.425</u>
	485.827	416.556	764.243	628.788
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(3.380)	(55.477)	(34.497)
Juros pagos	<u>(82.267)</u>	<u>(59.341)</u>	<u>(143.129)</u>	<u>(98.977)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>403.560</u>	<u>353.835</u>	<u>565.637</u>	<u>495.314</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas	2.001	66.996	2.001	70.311
Aquisição de imobilizado	(289.760)	(354.158)	(512.171)	(555.199)
Adições ao intangível	(11.743)	(9.915)	(16.768)	(10.373)
Aumento do investimento	(3.597)	(16.312)	-	-
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	76.898	-	76.898	-
Compra de controlada, líquido do caixa adquirido	-	(1.401)	18.822	(1.401)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(226.201)</u>	<u>(314.790)</u>	<u>(431.218)</u>	<u>(496.662)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.493.141	340.723	1.794.629	527.333
Venda de recebíveis e de fornecedores	114.360	-	114.360	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(169.597)	(342.814)	(353.075)	(543.338)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(1.173.877)	(76.783)	(1.173.915)	(76.783)
Partes relacionadas	-	25.642	-	25.642
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>264.027</u>	<u>(53.232)</u>	<u>381.999</u>	<u>(67.146)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>441.386</u>	<u>(14.187)</u>	<u>516.418</u>	<u>(68.494)</u>
VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-	(6.380)	(1.160)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	34.260	48.447	103.648	173.302
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>475.646</u>	<u>34.260</u>	<u>613.686</u>	<u>103.648</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.263.782	2.178.696	3.918.014	3.583.954
Outras receitas	70.549	19.264	82.405	19.457
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.788	233	4.603	470
	<u>2.339.119</u>	<u>2.198.193</u>	<u>4.005.022</u>	<u>3.603.881</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Produtos, mercadorias e serviços adquiridos	(604.345)	(501.689)	(986.610)	(914.765)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(482.423)	(537.265)	(1.077.070)	(905.819)
Recuperação de valores ativos	224	-	224	-
	<u>(1.086.544)</u>	<u>(1.038.954)</u>	<u>(2.063.456)</u>	<u>(1.820.584)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>1.252.575</u>	<u>1.159.239</u>	<u>1.941.566</u>	<u>1.783.297</u>
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	<u>(69.940)</u>	<u>(67.064)</u>	<u>(141.063)</u>	<u>(126.956)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>1.182.635</u>	<u>1.092.175</u>	<u>1.800.503</u>	<u>1.656.341</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	94.510	166.996	-	-
Receitas financeiras	115.071	97.880	137.102	105.074
Outras receitas	32	-	32	-
	<u>209.613</u>	<u>264.876</u>	<u>137.134</u>	<u>105.074</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>1.392.248</u>	<u>1.357.051</u>	<u>1.937.637</u>	<u>1.761.415</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>1.392.248</u>	<u>1.357.051</u>	<u>1.937.637</u>	<u>1.761.415</u>
Pessoal:				
Remuneração direta	141.498	128.510	412.207	327.975
Benefícios	31.508	26.483	50.850	41.932
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	11.958	9.486	11.971	9.486
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	301.336	296.898	405.065	401.026
Estaduais	335.910	333.084	336.269	333.464
Municipais	15.161	18.943	15.322	18.943
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros de financiamentos, debêntures e empréstimos	278.763	216.480	425.321	293.449
Aluguéis	32.273	24.587	36.404	28.329
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos	58.260	73.482	58.260	73.482
Lucros retidos	185.581	229.098	185.529	229.098
Participação não controladora nos lucros retidos	-	-	439	4.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A InterCement Brasil S.A. (“Companhia”) está domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como controladora indireta a InterCement Participações S.A. (subsidiária integral da Camargo Corrêa S.A. (“CCSA”). Em 12 de maio de 2011, a InterCement Participações S.A. aumentou o capital de sua controlada indireta Cauê Áustria Holding GmbH mediante a contribuição da totalidade das ações da Companhia. Conseqüentemente, a Cauê Áustria Holding GmbH é a atual controladora direta da Companhia.

A Companhia, por meio de sua controlada em conjunto Camargo Corrêa Escom Cement B.V. (“CCEC”), possui 60% de participação no investimento denominado “Palanca”, sociedade criada em 30 de novembro de 2011 entre a CCEC e o Grupo Gema - Empresa de Participações Financeiras e Empreendimentos S.A. (“Gema”), que tem por objetivo a construção, o desenvolvimento e a operação de uma fábrica de produção de cimento e clínquer na Comuna de Hanha, em Angola, com capacidade instalada inicial de cerca de 1,2 milhão de toneladas de cimento por ano, podendo chegar a 1,6 milhão.

As presentes demonstrações financeiras estão sendo elaboradas e apresentadas considerando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, que representam as atividades produtivas do Grupo InterCement.

A Companhia e sua controlada Loma Negra Compañía Industrial Argentina S.A. (“Loma Negra”) têm como objetivo principal a produção e o comércio de cimento e seus derivados, bem como a exploração dos recursos minerais que são utilizados no processo produtivo.

O Grupo InterCement possui 16 fábricas de cimento (7 localizadas no Brasil e 9 na Argentina), 20 usinas de concreto (11 localizadas no Brasil e 9 na Argentina) e 3 usinas de agregados (2 localizadas no Brasil e 1 na Argentina).

A controlada Loma Negra detém, indiretamente, 80% de participação societária na companhia Ferrosur Roca S.A. (“Ferrosur”). A Ferrosur administra ferrovias na Argentina, interligando as principais fábricas da Loma Negra.

Adicionalmente, a Companhia possui participações societárias em geradoras de energia elétrica, na modalidade de autoprodutor.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de abril de 2011, os acionistas deliberaram o aumento do capital social da Companhia, mediante a conferência de 4,44% de participação no Consórcio Estreito Energia - CESTE, que tem como objeto social a implantação e a exploração do aproveitamento hidráulico de Estreito, no Estado do Maranhão, em consonância com as regras emanadas do edital de licitação do empreendimento, de seu contrato de concessão e das demais regras aplicáveis. Os principais saldos aportados estão apresentados resumidamente a seguir na proporção de participação da Companhia:

28.02.2011

Ativo circulante	<u>1.912</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.401
Outros	511
Ativo não circulante	<u>224.625</u>
Impostos a recuperar	21.464
Imobilizado	198.716
Intangível	4.254
Outros	191
Passivo circulante	<u>(8.961)</u>
Fornecedores	(3.125)
Empréstimos	(5.075)
Outras	(761)
Passivo não circulante	<u>(131.363)</u>
Empréstimos	(127.824)
Outras	<u>(3.539)</u>
Acervo líquido	<u>86.213</u>

Em 14 de setembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alienação de 27.120 ações ordinárias da Companhia Nacional de Mineração Candiota, pelo montante de R\$28. Essa companhia não possuía operações.

Em 5 de novembro de 2012, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na Itacamba Cimento S.A., pelo montante de US\$500 mil, equivalente a R\$1.018. A operação gerou um ganho de R\$748, registrado na rubrica “Outras receitas (despesas), líquidas”.

Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto:

	<u>31.12.2012</u>		<u>31.12.2011</u>	
	Participação - %		Participação - %	
	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Controladas:				
Cauê Finance Limited	100,00	-	100,00	-
CCCimentos Participações Ltda.	98,99	-	98,99	-
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	100,00	-	100,00	-
Holdtotal S.A.	97,00	2,99	97,00	2,99
Loma Negra C.I.A. S.A.	24,18	73,38	24,18	73,38
Betel S.A.	-	97,56	-	97,55
Cofesur S.A.	-	85,52	-	85,52
Compañía Argentina de Cemento Portland S.A.	-	97,56	-	97,55
Compañía Argentina de Cemento La Preferida de Olavarría S.A.	-	97,56	-	-
Compañía de Servicios a la Construcción S.A.	-	-	-	97,55
Escofer S.A.I.C.	-	-	-	97,55
Recycomb S.A.	-	97,56	-	73,65
Cementos del Plata S.A.	-	0,73	-	-
Yguazu Cementos S.A.	35,00	34,15	-	-
Rios Primeira Limitada	99,90	-	99,90	-
Rios Segunda Limitada	-	0,01	-	0,01
Rios Terceira Limitada	-	99,99	-	99,99

	31.12.2012		31.12.2011	
	Participação - %		Participação - %	
	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Controladas em conjunto:				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9,00	-	9,00	-
Camargo Corrêa Escom Cement B.V.	50,10	-	50,10	-
Palanca Cimentos S.A.	-	30,06	-	30,06
Yguazu Cimentos S.A.	-	-	35,00	-
Consórcio-				
Consórcio Estreito Energia - CESTE	4,44	-	4,44	-

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação não controladora, quando aplicável, e as controladas em conjunto, de forma proporcional, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas-correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as companhias, inclusive, caso existam, resultados não realizados; e (c) transações entre companhias no resultado do exercício. Os balanços patrimoniais das controladas sediadas no exterior com moeda funcional diferente do real (em dólares norte-americanos, pesos, euros e guaranis) foram convertidos para reais com base nas taxas de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e adaptadas para as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos resultados das controladas sediadas no exterior foram convertidas para reais com base nas taxas de câmbio médias do exercício. As diferenças decorrentes da utilização de diferentes taxas de conversão são registradas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

A Cauê Finance Limited é considerada uma extensão das operações da Companhia e, conseqüentemente, a moeda funcional utilizada é a moeda funcional da Companhia.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

A participação em consórcios é reconhecida linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição e até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de acionistas não controladores, mesmo se resultar em montante negativo.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas utilizadas pela Companhia. Todas as transações e os saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente.

2.4. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e a IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos pronunciamentos técnicos CPCs 32 e 33), respectivamente.
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 10 (R1)) na data de aquisição.
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida, quando aplicável, e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais e demonstrado em rubrica separada nas demonstrações financeiras consolidadas. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição é imediatamente reconhecido no resultado.

2.5. Participações em empreendimentos em conjunto (“joint ventures”)

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia linha a linha.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As participações da Companhia em entidades controladas em conjunto estão apresentadas na nota explicativa nº 1.

Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto não relacionadas à Companhia.

2.6. Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas ou controladas em conjunto, anteriores à data de transição para o pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, que foi 1º de janeiro de 2008, foi calculado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido dos ativos e passivos da entidade adquirida, de acordo com as práticas contábeis vigentes à época.

Já o ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido como um ativo na data em que o controle é adquirido (data da aquisição). O ágio é mensurado pelo excedente da soma das contrapartidas transferidas, pelo montante da participação não controladora e pelo valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, em relação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da aquisição.

O ágio não é amortizado, porém sua recuperação é revisada anualmente. Para fins de teste de recuperação (teste de “impairment”), o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que se beneficiam das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas a testes de redução ao valor recuperável, pelo menos anualmente ou mais frequentemente quando houver indicação de que a unidade possa apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcional ao valor contábil de cada um de seus ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em um período posterior. A Companhia efetuou o teste de “impairment” conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

O ágio existente na Companhia referente à controlada Loma Negra foi considerado como um ativo da Companhia e não da adquirida. Como permitido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R1) - Primeira Adoção dos CPCs 15 a 40, o ágio existente antes da data de transição pode continuar a ser registrado como um ativo da Companhia e, conseqüentemente, na moeda funcional da Companhia, e não na moeda funcional da adquirida, conforme seria requerido pelo pronunciamento técnico CPC 15 (R1).

2.7. Investimento em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (“joint venture”). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 31).

2.8. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.8.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- São transferidos ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- Não se mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem se mantém controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.8.2. Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviço de concretagem é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato.

2.8.3. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.9. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os demais arrendamentos são classificados como operacionais.

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos da Companhia e de suas controladas pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente devido ao arrendador é apresentado na demonstração financeira como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.10. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido ou venda.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.11. Moeda estrangeira e funcional

As demonstrações financeiras individuais da Companhia e de suas controladas são elaboradas individualmente com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma opera.

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais da Companhia e de suas controladas são convertidos em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações das controladas no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício. As diferenças cambiais resultantes dessas conversões são classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

Os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no final de cada período. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.12. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

2.13. Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, e, caso os valores de realização sejam inferiores, uma provisão para perda é registrada. O custo de produção é determinado de acordo com o método de absorção de custos. A provisão para obsolescência é constituída com base em análise das perdas históricas e avaliação dos saldos com risco de realização.

2.14. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a nota explicativa nº 3.2.1. A exaustão das minas e jazidas é feita com base no percentual de exploração da mina em relação ao rendimento total esperado durante toda a vida útil. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia não adotou a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e da interpretação técnica ICPC 10.

A Administração da Companhia não remensurou ativos permanentes da controladora, visto que nos últimos anos houve modernização significativa do processo produtivo.

Adicionalmente, como exigido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R1), a Companhia adotou as IFRSs já apresentadas pela sua controlada Loma Negra e ajustou o custo depreciado para refletir as mudanças nos índices de preços na Argentina, o que representa o custo atribuído (“deemed cost”) na data de transição da Loma Negra, que correspondeu a 1º de janeiro de 2008.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram identificadas diferenças na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas.

As benfeitorias apenas são registradas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou a sua eficiência, traduzindo-se em um acréscimo dos benefícios econômicos futuros.

O imobilizado em curso representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, encontrando-se registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos.

Os ganhos ou as perdas resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contábil na data de alienação, sendo registrados pelo valor líquido na demonstração do resultado, como outras despesas ou outras receitas.

Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizados agregando valor às minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil.

2.15. Ativos intangíveis

2.15.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.15.2. Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições:

- Há viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- Há intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- Existe habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Existe meio pelo qual o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- Há disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- Há habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

2.15.3. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

2.15.4. Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.16. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou ainda não disponíveis para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável de bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.17. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.17.1. Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

2.17.2. Reestruturações

A provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tiver um plano formal detalhado para a reestruturação e criado uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos diretos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação, e os gastos que não estiverem associados às atividades continuadas da Companhia.

2.17.3. Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada reconhecida de acordo com a IAS 18 - Receitas (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 30).

2.18. Reconstituição ambiental e desmantelamento de fábricas

Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o desmantelamento de fábricas.

Neste contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e com o desmantelamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados na medida da depreciação dos ativos.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas.

2.19. Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

A controlada em conjunto BAESA - Energética Barra Grande S.A. possui uma concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.

A vigência do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001.

O contrato de concessão também estabelece que um montante seja pago, pelo UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

2.20. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, a provisão para perdas de bens paralisados, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ajuste a valor presente de contas a receber e a pagar, a provisão para perdas e

obsolescência de estoques e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam as estimativas e premissas, no mínimo, trimestralmente, exceto para determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para perda de estoques que ocorrem anualmente.

2.21. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.21.1. Impostos correntes

A provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado abrangente, porque exclui receitas e/ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis e/ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício e disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas.

2.21.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, nesse último caso apenas quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. A composição dos impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias está demonstrada na nota explicativa nº 20.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, previstas nas legislações tributárias vigentes. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

2.21.3. Impostos correntes e diferidos do exercício

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios.

2.22. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.23. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

2.23.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria.
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos.
- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia e de suas controladas, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base.
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

2.23.2. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.23.3. Empréstimos e recebíveis

Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

2.23.4. Passivos financeiros classificados como outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base no encargo efetivo.

2.23.5. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

2.23.6. Método dos juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A receita de juros é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.23.7. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, classificados como empréstimos e recebíveis, e, portanto, contabilizados pelo método de “custo amortizado”, e seus valores aproximam-se dos valores de mercado.

2.24. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.25. Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio são demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, quando aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

2.26. IFRSs novas e revisadas que afetam informações divulgadas no exercício corrente e/ou exercícios anteriores

As IFRSs novas e revisadas a seguir foram adotadas no exercício corrente e ocasionaram apenas informações adicionais incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os detalhes sobre outras IFRSs novas e revisadas adotadas estão incluídos na nota explicativa nº 2.27.

Alterações à IFRS 7 - Divulgação - Transferência de ativos financeiros

A Companhia adotou as alterações à IFRS 7 - Divulgação - Transferência de ativos financeiros (equivalente ao CPC 40 (R1)) neste exercício. As alterações aumentam as exigências de divulgação de transações que envolvam a transferência de ativos financeiros para tornar mais transparente as exposições aos riscos na transferência dos ativos financeiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou o desconto de determinados recebíveis com o Banco Itaú BBA S.A. Se os recebíveis não forem pagos no vencimento, o referido banco poderá solicitar à Companhia o pagamento de 1% do saldo em aberto. Como os riscos e benefícios relevantes desses recebíveis foram transferidos, a Companhia não continuará reconhecendo o valor contábil integral desses recebíveis (veja nota explicativa nº 6). As divulgações relevantes foram realizadas com relação à transferência desses recebíveis na adoção das alterações à IFRS 7 (veja nota explicativa nº 6).

2.27. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros (d)
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas (b)
IFRS 11	Negócios em Conjunto (b)
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades (b)
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo (b)
Modificações à IAS 1	Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (a)
Modificações à IFRS 7	Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (b)
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgação de Transição (d)
Modificações às IFRS 10, 11 e 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição (b)
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados (b)
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas (b)
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (b)
Modificações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (c)
Modificações às IFRSs	Ciclo de Melhorias Anuais aos 2009-2011
IFRIC 20	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície (b)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

- (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- (c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014.
- (d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

A Companhia ainda não avaliou os impactos dessas novas normas.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto descritas na nota explicativa nº 2.20, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração, durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.1.1. Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução ao seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 11.

3.1.2. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.14 e 2.15, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto revisam a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível anualmente no fim de cada exercício.

	<u>2012 e 2011</u> <u>Anos de vida útil</u>
Edificações	35 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	7 a 18 anos
Veículos	4 a 12 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Minas e jazidas	(*)
Reservatório, barragens e adutoras	50 anos
Fornos, moinhos e silos	30 a 53 anos
Direito de uso de software	3 a 5 anos

(*) A exaustão de minas e jazidas é feita com base na exploração da mina em relação ao rendimento total esperado durante toda a vida útil.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Caixa e bancos	26.008	17.090	55.360	41.886
Aplicações financeiras	<u>449.638</u>	<u>17.170</u>	<u>558.326</u>	<u>61.762</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>475.646</u>	<u>34.260</u>	<u>613.686</u>	<u>103.648</u>

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	312.717	1.530	315.795	4.441
Fundos exclusivos:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN's over	57.755	1.490	57.755	1.490
CDBs	12.180	590	12.180	590
Fundos de renda fixa	66.986	13.560	66.986	13.560
Aplicações financeiras em controladas (*):				
Fundo de investimentos em pesos argentinos	-	-	103.247	27.279
Fundo de prazo fixo em pesos argentinos	-	-	12	11.464
Aplicações financeiras em dólares norte-americanos	-	-	2.316	2.884
Outros	-	-	<u>36</u>	<u>54</u>
Total de aplicações financeiras	<u>449.638</u>	<u>17.170</u>	<u>558.327</u>	<u>61.762</u>

(*) As aplicações denominadas em pesos argentinos apresentam rentabilidade aproximada de 12,4% ao ano (9% ao ano em 2011) e as aplicações denominadas em dólares norte-americanos apresentam rentabilidade de 0,1% ao ano (0,02% ao ano em 2011).

As aplicações financeiras são resgatáveis no prazo de até 90 dias ou pelo resgate comprometido pela entidade financeira. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado e estão classificados como empréstimos e recebíveis, e, portanto, contabilizados pelo método de “custo amortizado”, ou seja, os juros são reconhecidos pela taxa efetiva de cada instrumento, exceto para os fundos exclusivos classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários para fundos exclusivos são classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado, e os demais títulos e valores mobiliários estão classificados como empréstimos e recebíveis, representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Fundos exclusivos:				
Letras do Tesouro Federal - LTFs	27.635	11.492	27.635	11.492
Letras do Tesouro Nacional - LTNs	1.810	-	1.810	-
NTNs	1.567	26.838	1.567	26.838
Debêntures	5.331	2.394	5.331	2.394
Letra Financeira	28.291	-	28.291	-
NTNs	-	460	-	460
LTFs	-	-	<u>3.232</u>	<u>2.977</u>
Total	<u>64.634</u>	<u>41.184</u>	<u>67.866</u>	<u>44.161</u>
Total - classificado no circulante	64.634	41.184	64.634	41.184
Total - classificado no não circulante	-	-	3.232	2.977

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Cientes:				
Partes relacionadas	2.345	2.704	2.459	2.704
Mercado interno (b)	72.473	139.430	182.267	243.801
Mercado externo	<u>523</u>	<u>647</u>	<u>1.081</u>	<u>759</u>
Total	75.341	142.781	185.807	247.264
(-) Classificadas no não circulante (a)	<u>(288)</u>	<u>(274)</u>	<u>(288)</u>	<u>(274)</u>
Classificadas no circulante	75.053	142.507	185.519	246.990
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(14.561)</u>	<u>(19.381)</u>	<u>(24.140)</u>	<u>(29.304)</u>
Total líquido no circulante	<u>60.492</u>	<u>123.126</u>	<u>161.379</u>	<u>217.686</u>

(a) O saldo classificado no ativo não circulante refere-se à renegociação de títulos vencidos com clientes do mercado interno e possuem vencimentos até 2021.

- (b) Em 24 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou, com o Banco Itaú BBA S.A. (“Banco Itaú”), “Convênio de Cessão de Direitos Creditórios com Coobrigação Parcial e Outras Avenças”, no valor de R\$82.450, com vencimento em 24 de dezembro de 2013. Esse contrato estabelece o desconto antecipado de recebíveis no montante anteriormente descrito. Como os riscos e benefícios relevantes desses recebíveis foram transferidos para o Banco Itaú, a Companhia baixou o valor integral desses recebíveis no momento do recebimento do valor.

Essa operação implicou o pagamento de comissão de R\$332 ao Banco Itaú.

O período médio de recebimento na venda de produtos da Companhia é de 27 dias. São cobrados juros sobre as contas a receber a partir do 1º dia de vencimento, à taxa de 1% ao mês sobre o saldo a receber.

A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber vencidas há mais de 181 dias, uma vez que, com base no histórico da Companhia, contas vencidas há mais de 181 dias geralmente não são mais recuperáveis, exceto para transações com partes relacionadas. A controlada Loma Negra constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para contas a receber com base nos valores irrecuperáveis estimados ou determinados em experiências de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor, considerando inclusive as garantias prestadas por tais devedores.

Composição das contas a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
A vencer	54.180	113.143	122.395	186.171
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	4.266	8.225	28.118	21.580
De 31 a 60 dias	1.106	770	2.312	5.188
De 61 a 90 dias	800	722	3.015	2.299
De 91 a 180 dias	774	1.153	15.751	13.258
Mais de 181 dias	<u>14.215</u>	<u>18.768</u>	<u>14.216</u>	<u>18.768</u>
Total	<u>75.341</u>	<u>142.781</u>	<u>185.807</u>	<u>247.264</u>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Saldos no início do exercício	19.381	19.614	29.304	29.387
Constituições	5.823	3.052	6.000	3.358
Valores baixados no exercício como incobráveis	(10.643)	(3.285)	(10.709)	(3.828)
Ganho ou perda de variação cambial	-	-	(455)	387
Saldo no fim do exercício	<u>14.561</u>	<u>19.381</u>	<u>24.140</u>	<u>29.304</u>

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Circulante:				
Produtos acabados	30.111	26.027	70.219	48.418
Produtos em elaboração	51.865	44.858	101.017	77.541
Matéria-prima	91.306	79.050	136.978	153.747
Combustíveis	78.253	92.856	118.959	131.220
Almoxarifado	97.012	65.241	138.792	65.241
Adiantamento a fornecedores	6.425	5.168	6.425	5.167
Importação em andamento	-	-	4.223	1.591
Embalagem e outros	2.797	2.814	25.925	20.601
Provisão para perdas	<u>(13.860)</u>	<u>(3.590)</u>	<u>(13.860)</u>	<u>(3.590)</u>
Total	<u>343.909</u>	<u>312.424</u>	<u>588.678</u>	<u>499.936</u>
Não circulante:				
Almoxarifado	-	-	35.120	36.538
Provisão para perdas	-	-	(5.139)	(5.386)
Adiantamentos a fornecedores (*)	<u>18.861</u>	<u>22.629</u>	<u>18.861</u>	<u>22.629</u>
Total	<u>18.861</u>	<u>22.629</u>	<u>48.842</u>	<u>53.781</u>

(*) Representados, substancialmente, por contrato de prestação de serviço de transporte ferroviário de escória e carvão mineral, com vigência até 10 de outubro de 2018, com previsão de utilização anual linear de R\$3.461 entre os anos 2011 e 2018.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	15	4.216	6.243	4.941
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	34.737	32.079	34.737	32.079
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	20.407	36.395	20.472	36.440
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	4.821	400	4.827	405
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (*)	6.928	36.048	6.928	36.048
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	10.066	2.638
Impostos antecipados e outros	<u>797</u>	<u>746</u>	<u>1.627</u>	<u>7.811</u>
Total	<u>67.705</u>	<u>109.884</u>	<u>84.900</u>	<u>120.362</u>
Classificados no circulante	35.882	78.885	38.642	82.002
Classificados no não circulante	31.823	30.999	46.258	38.360

(*) A redução da alíquota do IPI, de 4% para 0%, continua sem prazo de validade, com base no Decreto nº 7.879/12. Durante o ano 2012, a Companhia compensou os créditos de IPI com o pagamento de outros impostos federais.

A Administração da Companhia e de suas controladas estima que a compensação dos impostos a recuperar de longo prazo será realizada, conforme segue:

<u>Exercício</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	20.248	25.215
2015	8.032	10.642
2016	3.543	8.115
2017	-	<u>2.286</u>
Total	<u>31.823</u>	<u>46.258</u>

9. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Participação no capital social - %		Ações/cotas possuídas		Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado		Resultado do exercício ajustado		Ajuste de avaliação patrimonial (a)		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo dos investimentos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
	Controladas:													
Holdtotal S.A.	97	97	50.534	50.534	344.081	315.904	70.839	121.653	(12.149)	13.245	68.714	118.002	333.759	306.427
Loma Negra C.I.A. S.A. (b)	24,18	24,17	12.210	12.210	387.357	427.402	96.641	166.230	(2.689)	5.896	23.361	40.184	1.059.222	1.068.903
Cauê Finance Limited	100	100	1.400.000	1.400.000	472	199	-	(116)	273	87	-	(116)	472	199
CCCimentos Participações Ltda.	98,99	98,99	1	1	15.243	13.638	1.980	3.624	(372)	88	1.960	3.586	15.088	13.500
CCCE - Companhia Camargo Corrêa Energia (d)	100	-	5.948.232	-	630	-	543	-	-	-	543	-	630	-
Yguazu Cimentos S.A. (e)	35	35	5.411	5.411	113.123	87.727	13.541	12.671	4.297	(1.688)	4.591	4.435	39.593	30.704
									(7.049)	17.628	99.337	166.091	1.448.764	1.419.733
Controladas em conjunto:														
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9	9	35.854.290	35.854.290	586.672	644.702	44.286	38.174	-	-	(2.523)	3.436	52.800	58.023
Camargo Corrêa Escom Cement B.V.	50,1	50,1	9.018	9.018	13.318	9.939	(140)	(44)	606	1.242	(70)	(23)	6.672	4.979
									606	1.242	(2.593)	3.413	59.472	63.002
Outros investimentos:														
Maesa Machadinho Energética S.A.													27.476	27.476
Outros (f)													-	400
													27.476	27.876
Provisão para perdas em controladas - (c)														
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	100	100	550	550	(2.652)	(2.811)	(2.169)	(2.508)	(128)	(121)	(2.066)	(2.508)	(2.652)	(2.811)
Total									(10.162)	18.749	94.510	166.996	1.533.060	1.507.800

- (a) Representado, substancialmente, por variação cambial dos investimentos no exterior.
- (b) Parte do saldo refere-se ao ágio pago na aquisição dessa empresa, que foi parcialmente amortizado pela taxa anual de 12,5% até 31 de dezembro de 2008. Esse ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009, a amortização desse ágio cessou, conforme a orientação técnica OCPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, com saldo de R\$965.584. O resultado da última análise, efetuada para o exercício findo de 31 de dezembro de 2012, indicou que o valor recuperável das unidades geradoras de caixa correspondentes ao ágio supera o valor registrado desses ativos.
- (c) Investimento reclassificado para outras obrigações no passivo não circulante.
- (d) Em 31 de maio de 2012, a Companhia adquiriu 5.948.232 ações da empresa Companhia Camargo Corrêa de Energia ("CCCE"), detidas pela Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A., empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia. O valor da aquisição foi de R\$86, com base no valor patrimonial da CCCE em 30 de abril de 2012.
- (e) Durante o exercício de 2012, a controlada Loma Negra C.I.A.S.A. adquiriu 5.411 ações ordinárias nominativas, que representam 35% do capital social de Yguazu; dessa maneira, a Companhia passou a ter o controle sobre tal investimento. Em 31 de dezembro de 2011, tal investimento era considerado como controle em conjunto.
- (f) A Companhia alienou a totalidade de sua participação nas investidas Companhia Nacional de Mineração Candiota e Itacamba Cimento S.A., conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

[página intencionalmente deixada em branco]

As informações sobre as principais controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são como segue:

Holdtotal S.A. e Loma Negra C.I.A. S.A. - controladas sediadas na Argentina com o objetivo de produzir e comercializar cimentos e seus derivados, bem como participar e investir em outras companhias. Detêm, indiretamente, 80% de participação societária na companhia Ferrosur Roca S.A.

Ferrosur Roca S.A.

A Ferrosur administra ferrovias na Argentina, interligando as principais fábricas da Loma Negra. A concessão atual tem vigência até o ano 2023, podendo ser ampliada em mais dez anos.

Em 24 de agosto de 2010, a Ferrosur celebrou com a Vale Logística de Argentina S.A. (uma companhia criada e controlada integralmente pelo Grupo Vale) contrato de transferência parcial de direitos e obrigações dessa concessão ferroviária. Esse contrato envolve o direito de utilizar a infraestrutura de vias e ativos de concessão ferroviária relacionados exclusivamente à exploração do trecho entre as cidades de General Cerri, na província de Buenos Aires, e Zapala, na província de Neuquém. A operação prevê também a transferência de determinados contratos de trabalho e certos ativos de propriedade da Ferrosur.

A concretização de toda a operação dependerá da aprovação do órgão de defesa econômica (“Comisión Nacional de Defensa de La Competencia”) e o preço da transferência do trecho cedido será de US\$60 milhões, acrescido dos impostos aplicáveis. No exercício de 2010, a controlada indireta Ferrosur recebeu um adiantamento pelo preço da transferência do trecho cedido, no montante de US\$5 milhões. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve alterações quanto à concretização da operação.

Yguazu Cimentos S.A.

A Yguazu Cimentos S.A. (“Iguazu”) é uma companhia paraguaia que opera na importação e comercialização de cimento e possui em andamento a construção de uma fábrica integrada de cimentos.

Durante o exercício de 2012, a controlada Holdtotal S.A. adquiriu 5.411 ações ordinárias nominativas, que representam 35% do capital social da Yguazu.

O valor pago pela aquisição foi de R\$30.731, e o valor do patrimônio líquido da Yguazu, na proporção da participação detida pela Holdtotal, na data de aquisição, era de R\$37.566.

Com a referida aquisição, somada à participação anteriormente detida pela Companhia, a Yguazu passa a ser controlada da Companhia. Os ativos e passivos da controlada Yguazu foram consolidados na sua integralidade, enquanto o resultado foi consolidado à proporção de 35% até o mês de outubro de 2012, e de 100% nos meses de novembro e dezembro de 2012.

Tal transação gerou um ganho no montante de R\$4.441 registrado na rubrica “Outras receitas e despesas operacionais” pela remensuração de participação anterior.

BAESA - Energética Barra Grande S.A.

Tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande (“UHE Barra Grande”) e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão. A Companhia adota o método de equivalência patrimonial para essa controlada em conjunto, com base na existência de acordo de acionistas.

Camargo Corrêa Escom Cement B.V.

Companhia holandesa com o objetivo de participar, investir e gerenciar outras companhias. Atualmente possui investimento na companhia Palanca Cimentos em Angola.

InterCement Portugal, SGPS, Lda.

Companhia portuguesa com o objetivo de participar, investir e gerenciar outras companhias.

A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	31.12.2010	Resultado da equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aumento de capital	Dividendos	31.12.2011
Holdtotal S.A.	208.496	118.002	13.245	-	(33.316)	306.427
Loma Negra C.I.A. S.A.	1.035.556	40.184	5.896	-	(12.733)	1.068.903
Cauê Finance Limited	228	(116)	87	-	-	199
CCCimentos Participações Ltda.	9.826	3.586	88	-	-	13.500
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	(182)	(2.508)	(121)	-	-	(2.811)
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	54.699	3.436	-	-	(112)	58.023
CCEscom Cement	3.760	(23)	1.242	-	-	4.979
Yguazu Cimentos S.A.	11.645	4.435	(1.688)	16.312	-	30.704
Maesa Machadinho Energética S.A.	27.476	-	-	-	-	27.476
Outros	400	-	-	-	-	400
Total	<u>1.351.904</u>	<u>166.996</u>	<u>18.749</u>	<u>16.312</u>	<u>(46.161)</u>	<u>1.507.800</u>

	31.12.2011	Resultado da equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aumento de capital	Baixas	Dividendos	31.12.2012
Holdtotal S.A.	306.427	68.714	(12.149)	-	-	(29.232)	333.760
Loma Negra C.I.A. S.A.	1.068.903	23.361	(2.689)	-	-	(30.353)	1.059.222
Cauê Finance Limited	199	-	273	-	-	-	472
CCCimentos Participações Ltda.	13.500	1.960	(372)	-	-	-	15.088
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	(2.811)	(2.066)	(129)	2.354	-	-	(2.652)
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	58.023	(2.523)	-	-	-	(2.700)	52.800
CCEscom Cement	4.979	(70)	606	1.157	-	-	6.672
Yguazu Cimentos S.A.	30.704	4.591	4.298	-	-	-	39.593
CCCE - Companhia Camargo Corrêa Energia	-	543	-	86	-	-	629
Maesa Machadinho Energética S.A.	27.476	-	-	-	-	-	27.476
Outros (*)	400	-	-	-	(337)	(63)	-
Total	<u>1.507.800</u>	<u>94.510</u>	<u>(10.162)</u>	<u>3.597</u>	<u>(337)</u>	<u>(62.348)</u>	<u>1.533.060</u>

(*) A Companhia alienou a totalidade de sua participação nas investidas Companhia Nacional de Mineração Candiota e Itacamba Cimento S.A., conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

10. IMOBILIZADO

	Controladora		
	31.12.2012		
	Custo	Depreciação	Residual
Terrenos	128.854	(352)	128.502
Edifícios	527.834	(257.382)	270.452
Máquinas e equipamentos	1.290.404	(607.074)	683.330
Veículos	98.795	(46.907)	51.888
Móveis e utensílios	7.069	(3.724)	3.345
Minas e jazidas	38.455	(7.868)	30.587
Reservatório, barragens e adutoras	142.032	(6.196)	135.836
Outros	7.937	(797)	7.140
Peças de reposição	4.471	-	4.471
Adiantamento a fornecedor	10.226	-	10.226
Imobilizado em andamento (*)	184.461	-	184.461
Total	<u>2.440.538</u>	<u>(930.300)</u>	<u>1.510.238</u>

	Controladora		
	31.12.2011		
	Custo	Depreciação	Residual
Terrenos	144.229	(89)	144.140
Edifícios	496.863	(253.404)	243.459
Máquinas e equipamentos	977.772	(566.458)	411.314
Veículos	99.563	(50.232)	49.331
Móveis e utensílios	7.888	(3.343)	4.545
Minas e jazidas	37.593	(6.916)	30.677
Reservatório, barragens e adutoras	133.826	(1.374)	132.452
Outros	13.590	(671)	12.919
Peças de reposição	4.945	-	4.945
Adiantamento a fornecedor	40.513	-	40.513
Imobilizado em andamento (*)	239.719	-	239.719
Total	<u>2.196.501</u>	<u>(882.487)</u>	<u>1.314.014</u>

	Consolidado		
	31.12.2012		
	Custo	Depreciação	Residual
Terrenos	145.361	(1.146)	144.215
Edifícios	1.092.927	(571.700)	521.227
Máquinas e equipamentos	2.036.366	(970.680)	1.065.686
Veículos	256.935	(114.679)	142.256
Móveis e utensílios	54.388	(40.932)	13.456
Minas e jazidas	131.905	(44.085)	87.820
Reservatório, barragens e adutoras	227.375	(23.927)	203.448
Outros	24.081	(10.931)	13.150
Peças de reposição	13.506	-	13.506
Adiantamento a fornecedores	10.226	-	10.226
Imobilizado em andamento (*)	<u>499.334</u>	-	<u>499.334</u>
Total	<u>4.492.404</u>	<u>(1.778.080)</u>	<u>2.714.324</u>

	Consolidado		
	31.12.2011		
	Custo	Depreciação	Residual
Terrenos	176.291	(761)	175.530
Edifícios	1.038.780	(565.733)	473.047
Máquinas e equipamentos	1.734.802	(921.036)	813.766
Veículos	236.304	(112.792)	123.512
Móveis e utensílios	55.725	(39.169)	16.556
Minas e jazidas	128.020	(38.082)	89.938
Reservatório, barragens e adutoras	219.305	(15.920)	203.385
Outros	28.249	(5.917)	22.332
Peças de reposição	14.668	-	14.668
Adiantamento a fornecedores	40.513	-	40.513
Imobilizado em andamento (*)	<u>348.575</u>	-	<u>348.575</u>
Total	<u>4.021.232</u>	<u>(1.699.410)</u>	<u>2.321.822</u>

(*) Na controladora, os saldos referem-se substancialmente à expansão das unidades de Apiaí, Bodoquena, Pedro Leopoldo e Cubatão, bem como melhorias no processo produtivo, para a plena utilização da capacidade das unidades existentes. A modernização das fábricas está sendo financiada com recursos oriundos do contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. O consolidado inclui ainda investimentos na expansão e modernização principalmente das plantas de Catamarca, L'Amali, Olavarría e Lomaser, da controlada Holdtotal S.A. e suas controladas, no montante de R\$114.610, e na construção da primeira unidade fabril da controlada Yguazu no Paraguai, no montante de R\$199.964, em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia capitalizou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, encargos financeiros no montante de R\$15.548 (R\$8.675 em 2011), na rubrica "Imobilizado em andamento".

De acordo com o Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados à UHE Barra Grande, inclusive terrenos, registrados na controlada em conjunto BAESA - Energética Barra Grande S.A., no montante aproximado de R\$102.142, considerando a participação da Companhia naqueles ativos, depreciados linearmente pelo prazo de concessão, passarão ao final da concessão em 2036 a integrar o patrimônio da União.

Nas rubricas “Máquinas e equipamentos” e “Veículos” existem, em 31 de dezembro de 2012, bens que foram adquiridos para as unidades de produção de concreto localizadas nos Estados de São Paulo e Pernambuco, por meio de contratos de financiamento (Finame), os quais são garantidos pelos próprios bens financiados. O financiamento original correspondeu a 90% do valor total dos bens e, em 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13, o saldo a pagar à Finame é de R\$32.284.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1), os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado e intangível ao seu valor de recuperação quando inferior ao valor contábil.

[página intencionalmente deixada em branco]

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é como segue:

	Controladora											
	Terrenos (c)	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Minas e jazidas	Móveis e utensílios	Outros	Peças de reposição	Adiantamentos a fornecedores	Imobilizado em andamento	Reservatórios, barragens e adutoras	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	42.455	202.669	281.972	24.340	28.092	3.425	10.830	5.146	19.647	173.928	-	792.504
Adições	-	490	8.699	-	-	42	2	447	1.218	380.004	-	390.902
Baixas	-	-	(328)	(12)	-	-	(3)	(598)	(5)	-	-	(946)
Depreciação	(10)	(6.773)	(48.705)	(6.666)	(759)	(1.015)	(1.092)	-	-	-	(2.142)	(67.162)
Transferências	92.307	47.073	169.676	31.669	3.344	1.615	(3.110)	(50)	12.409	(489.527)	134.594	-
Adições - CESTE (b)	<u>9.388</u>	-	-	-	-	<u>478</u>	<u>6.292</u>	-	<u>7.244</u>	<u>175.314</u>	-	<u>198.716</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	144.140	243.459	411.314	49.331	30.677	4.545	12.919	4.945	40.513	239.719	132.452	1.314.014
Adições	-	-	-	-	-	-	15.393	578	24.811	254.483	8.126	303.391
Baixas (c)	(17.546)	(14.802)	(2.681)	(1.173)	-	(99)	(270)	(1.052)	(724)	-	-	(38.347)
Depreciação	-	(9.247)	(42.860)	(8.525)	(952)	(492)	(6.119)	-	-	-	(625)	(68.820)
Transferências	<u>1.908</u>	<u>51.042</u>	<u>317.557</u>	<u>12.255</u>	<u>862</u>	<u>(609)</u>	<u>(14.783)</u>	-	<u>(54.374)</u>	<u>(309.741)</u>	<u>(4.117)</u>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>128.502</u>	<u>270.452</u>	<u>683.330</u>	<u>51.888</u>	<u>30.587</u>	<u>3.345</u>	<u>7.140</u>	<u>4.471</u>	<u>10.226</u>	<u>184.461</u>	<u>135.836</u>	<u>1.510.238</u>

	Consolidado											
	Terrenos (c)	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Minas e jazidas	Móveis e utensílios	Outros	Peças de reposição	Adiantamentos a fornecedores	Imobilizado em andamento	Reservatórios, barragens e adutoras	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	60.430	427.339	593.397	82.759	76.742	14.765	12.481	13.484	23.617	242.916	74.050	1.621.980
Adições	44	777	10.020	38	8.680	101	2	1.486	3.774	577.194	-	602.116
Baixas	(1.191)	-	(328)	(324)	(84)	-	(3)	(598)	(6.012)	(163)	-	(8.703)
Depreciação	(450)	(23.310)	(72.503)	(14.194)	(4.717)	(4.047)	(1.896)	-	-	-	(5.260)	(126.377)
Transferências	104.918	58.371	273.501	52.828	7.844	4.680	5.392	(51)	12.407	(654.485)	134.595	-
Varição cambial (a)	2.391	9.870	9.679	2.405	1.473	579	64	347	(517)	7.799	-	34.090
Adições - CESTE (b)	<u>9.388</u>	-	-	-	-	<u>478</u>	<u>6.292</u>	-	<u>7.244</u>	<u>175.314</u>	-	<u>198.716</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	175.530	473.047	813.766	123.512	89.938	16.556	22.332	14.668	40.513	348.575	203.385	2.321.822
Adições	15	49	606	56	11.456	73	15.698	908	24.811	464.004	8.126	525.802
Baixas	(31.908)	(14.802)	(5.027)	(2.801)	(3.888)	(157)	(269)	(1.052)	(724)	(6)	-	(60.634)
Depreciação	(122)	(26.090)	(68.773)	(16.709)	(7.671)	(3.571)	(11.112)	(1.642)	-	-	(3.809)	(139.499)
Transferências	2.031	97.727	341.581	41.814	862	988	(13.045)	2	(54.374)	(413.332)	(4.254)	-
Varição cambial (a)	(1.331)	(9.479)	(16.470)	(3.679)	(2.878)	(480)	(547)	622	-	(383)	-	(34.625)
Aquisição adicional de participação acionária (d)	-	<u>775</u>	<u>2</u>	<u>64</u>	-	<u>45</u>	<u>96</u>	-	-	<u>100.476</u>	-	<u>101.458</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>144.215</u>	<u>521.227</u>	<u>1.065.685</u>	<u>142.257</u>	<u>87.819</u>	<u>13.454</u>	<u>13.153</u>	<u>13.506</u>	<u>10.226</u>	<u>499.334</u>	<u>203.448</u>	<u>2.714.324</u>

(a) Refere-se, principalmente, ao efeito da tradução de demonstrações financeiras para a moeda funcional da Companhia entre o início e o fim do período sobre ativos da controlada Holdtotal S.A. e suas controladas e da controlada Yguazu Cimentos S.A.

(b) Refere-se à parcela de imobilizado do acervo líquido decorrente das cotas de participação do Consórcio, conforme nota explicativa nº 1.

(c) As adições e transferências no exercício referem-se à aquisição de terrenos para futuras expansões.

(d) Refere-se à parcela de imobilizado decorrente da aquisição adicional de participação acionária na controlada Yguazu, pela controlada Holdtotal, conforme nota explicativa nº 9.

(e) As baixas referem-se substancialmente ao desinvestimento de alguns ativos por alienação, decorrente do Termo de Compromisso de Desempenho com o CADE, por conta da aquisição da CIMPOR - Cimentos de Portugal SGPS, S.A. Conforme apresentado na nota explicativa nº 22.

[página intencionalmente deixada em branco]

11. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Bens vinculados à concessão	6.350	4.354	29.138	20.932
Direitos de uso de software	11.138	7.123	11.138	7.123
Gastos com desenvolvimento de projetos	11.512	14.420	17.315	19.662
Marcas e patentes e outros	<u>7.842</u>	<u>5.696</u>	<u>7.842</u>	<u>5.696</u>
	<u>36.842</u>	<u>31.593</u>	<u>65.433</u>	<u>53.413</u>
Ágio:				
Loma Negra C.I.A. S.A. (a) e (b)	-	-	965.584	965.584
CBC - Companhia Brasileira de Cimentos (a)	102.633	102.633	102.633	102.633
RA Participações e Investimentos Ltda. (a)	14.882	14.882	14.882	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (a)	75.801	75.801	75.801	75.801
Cofesur S.A. (c)	-	-	7.880	8.258
Recycomb S.A. (d)	-	-	1.195	1.253
La Preferida de Olavarría S.A. (d)	-	-	7.294	7.644
Outros	<u>22.858</u>	<u>22.858</u>	<u>22.858</u>	<u>22.858</u>
	<u>216.174</u>	<u>216.174</u>	<u>1.198.127</u>	<u>1.198.913</u>
Total	<u>253.016</u>	<u>247.767</u>	<u>1.263.560</u>	<u>1.252.326</u>

- (a) Ágios pagos na aquisição dessas companhias foram amortizados pela taxa de 12,5% (Loma Negra) e 10% ao ano (RA, CBC e CIMEC) até 31 de dezembro de 2008. Os ágios têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme orientação técnica OCPC 02, a amortização contábil desses ágios cessou completamente.
- (b) Ágio total pago, podendo ser segregado por atividade, sendo R\$909.580 referentes a cimento e seus derivados (Loma Negra) e R\$56.004 referentes à concessão ferroviária (Ferro-sur Roca S.A.).
- (c) Ágio total pago referente à concessão ferroviária (Cofesur S.A.).
- (d) Ágio total pago referente à concessão de cimentos (Recycomb S.A. e La Preferida de Olavarría S.A.).

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as seguintes unidades geradoras de caixa e taxas de desconto:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Produção e comercialização de cimento e seus derivados na Argentina	-	-	918.068	918.139
Taxa de desconto	-	-	8,5%	8,5%
Produção e comercialização de cimento e seus derivados no Brasil	216.174	216.174	216.174	216.174
Taxa de desconto	11,9%	11,9%	11,9%	11,9%
Concessão ferroviária na Argentina	-	-	63.885	64.600
Taxa de desconto	-	-	13,9%	13,9%

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração.

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas margens brutas esperadas para o período e no aumento projetado do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base na vida econômica dos bens do ativo imobilizado estimada para 10 anos. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total das unidades geradoras de caixa. Essas projeções foram elaboradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e não foram identificados indícios que ocasionassem a necessidade de avaliação de redução ao valor recuperável.

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é demonstrada como segue:

	Controladora					Total
	Ágio	Direitos de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Marcas e patentes e outros	Bens vinculados à concessão	
Saldo em 1º de janeiro de 2011	216.174	4.586	15.727	4.302	-	240.789
Adições	-	4.754	4.327	753	81	9.915
Baixas	-	(1)	-	(25)	-	(26)
Amortização	-	(1.987)	(5.120)	(6)	(52)	(7.165)
Transferências	-	(234)	(662)	461	435	-
Adições - CESTE (*)	-	5	148	211	3.890	4.254
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>216.174</u>	<u>7.123</u>	<u>14.420</u>	<u>5.696</u>	<u>4.354</u>	<u>247.767</u>
Adições	-	-	6.488	2.991	2.264	11.743
Baixas	-	(16)	-	-	-	(16)
Amortização	-	(1.260)	(4.832)	(310)	(76)	(6.478)
Transferências	-	5.291	(4.564)	(535)	(192)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>216.174</u>	<u>11.138</u>	<u>11.512</u>	<u>7.842</u>	<u>6.350</u>	<u>253.016</u>

	Consolidado					Total
	Ágio	Direitos de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Marcas e patentes e outros	Bens vinculados à concessão	
Saldos em 1º de janeiro de 2011	1.198.261	4.586	19.828	4.302	17.257	1.244.234
Adições	-	4.754	4.785	753	81	10.373
Baixas	-	(1)	-	(25)	-	(26)
Amortização	-	(1.987)	(5.118)	(6)	(731)	(7.842)
Transferências	-	(234)	(662)	461	435	-
Variação cambial	652	-	681	-	-	1.333
	-	5	148	211	3.890	4.254
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>1.198.913</u>	<u>7.123</u>	<u>19.662</u>	<u>5.696</u>	<u>20.932</u>	<u>1.252.326</u>

	Consolidado					Total
	Ágio	Direitos de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Marcas e patentes e outros	Bens vinculados à concessão	
Adições	-	-	6.488	2.991	14.680	24.159
Baixas	-	(16)	-	-	(5.763)	(5.779)
Amortização	-	(1.260)	(4.833)	(310)	(519)	(6.922)
Transferências	-	5.291	(4.564)	(535)	(192)	-
Variação cambial	(786)	-	562	-	-	(224)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>1.198.127</u>	<u>11.138</u>	<u>17.315</u>	<u>7.842</u>	<u>29.138</u>	<u>1.263.560</u>

(*) Referem-se à parcela de intangível do acervo líquido decorrente das cotas de participação do Consórcio, conforme nota explicativa nº 1.

12. IMPOSTOS E OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Impostos parcelados e obrigação legal (*)	42.891	35.333	42.891	35.333
PIS/COFINS a recolher	3.841	1.030	4.049	1.240
ICMS a recolher	15.659	13.618	15.689	13.644
Provisão de imposto de renda e contribuição social	-	-	8.639	9.731
Impostos sobre o Valor Agregado - IVA	-	-	15.238	18.425
Encargos sociais sobre a folha de pagamento	10.194	9.144	10.205	22.851
Outros	<u>8.079</u>	<u>4.747</u>	<u>16.067</u>	<u>11.250</u>
Total	<u>80.664</u>	<u>63.872</u>	<u>112.778</u>	<u>112.474</u>
Classificados no circulante	56.698	39.333	86.586	85.358
Classificados no não circulante	23.966	24.539	26.192	27.116

(*) A Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“parcelamento”), instituído pela Lei Federal nº 11.941/09. Conforme previsto na legislação que regula o referido programa, houve a redução de multas e juros (os percentuais de redução variam conforme o prazo para pagamento optado pelo contribuinte), além da compensação de saldos remanescentes de multas e juros com prejuízo fiscal acumulado e/ou base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL existentes, apurados pela Companhia. A Companhia incluiu débitos em duas modalidades de pagamento: (i) pagamento à vista; e (ii) parcelamento em 180 parcelas. A fase de consolidação dos débitos já foi concluída pela Companhia e as prestações estão sendo pagas regularmente.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

13.1. Controladora

Modalidade - classificado ao custo amortizado	Encargos	Vencimento até	31.12.2012	31.12.2011
Moeda estrangeira - US\$:				
“Medium-term notes” (a)	8,875% a.a.	Julho de 2035	92.532	84.949
Banco Itaú BBA S.A. (i)	2,90% a.a. + LIBOR	Julho de 2016	269.503	247.117
FINIMP (e)	De 99,70% a 103,65% do CDI	Setembro de 2013	70.330	70.491
BNDES (g)	2,03 % a.a. + taxa variável (*)	Outubro de 2015	<u>8.264</u>	<u>10.266</u>
			<u>440.629</u>	<u>412.823</u>
Moeda nacional:				
Pró-Giro (c)	50% IGP-M + 2,5% de comissão	Junho de 2013	14.002	37.025
Pro-Invest (d)	IPCA + 6% a.a.	Fevereiro de 2015	2.667	3.705
Nota de crédito (f)	12,908% a.a. e 104% do CDI	Março de 2013 e 2014	47.827	43.426
Finame (b)	4,50% a 10,00% a.a. ou URTJLP + 1,15% a 5,30% a.a.	Setembro de 2020	32.284	26.707
BNDES (g)	TJLP + 1,63% a 4,82% a.a. ou taxa variável (*)	Novembro de 2012 a setembro de 2018	64.437	196.614
BNDES (h)	TJLP + 1,73% a.a.	Setembro de 2029	<u>160.712</u>	<u>166.194</u>
			<u>321.929</u>	<u>473.671</u>
Total			<u>762.558</u>	<u>886.494</u>
Classificados no circulante			183.708	187.845
Classificados no não circulante			578.850	698.649

URTJLP - Unidade de Referência Taxa de Juros de Longo Prazo.

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado.

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(*) Cesta de Moedas UMBNDES reajustada trimestralmente, publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União.

(a) O contrato requer semestralmente a manutenção de determinados índices financeiros e impõe certos limites à Companhia. Em 21 de julho de 2005, esse empréstimo foi repactuado, sendo o prazo de vencimento do principal prorrogado para agosto de 2015, com possibilidade de prorrogação para 2035, não sendo permitida a sua liquidação antecipada. Em 31 de dezembro de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

Em 26 de julho de 2011, a Companhia, realizou oferta de recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional (“medium-term notes”), no valor de US\$150 milhões, bem como solicitação de anuência para alterar a escritura de emissão desses títulos, eliminando cláusulas restritivas (“covenants”). Em 28 de julho de 2011, a oferta foi encerrada, recomprando títulos em montantes equivalentes a US\$106,3 milhões. Pela quitação antecipada foi pago o prêmio de US\$18,6 milhões, contabilizado na rubrica “Despesas financeiras”. A recompra foi realizada mediante a captação de novo empréstimo, conforme o item (k).

- (b) Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado (Finame) estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, no montante de R\$2.419.
- (c) Esses empréstimos, anteriormente denominados Pró-Indústria, estão garantidos por avais da controladora (Camargo Corrêa S.A.). A comissão de 2,5% incide automaticamente no ato da liberação de cada parcela do financiamento (o valor do empréstimo liberado é líquido da comissão).
- (d) Esses empréstimos, anteriormente denominados Proim, estão garantidos por equipamentos da unidade industrial de Bodoquena e por hipoteca em segundo grau do imóvel.
- (e) Empréstimo do tipo FINIMP, com as seguintes características:
- Financiamento destinado à importação de coque, escória, clínquer e equipamentos.
 - As variações cambiais desses empréstimos estão protegidas por instrumentos financeiros “swaps”. Os ganhos e as perdas com esses instrumentos financeiros já estão refletidos nos saldos apresentados como empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 28).
- (f) Financiamento destinado principalmente para compra de embalagens de cimentos. O pagamento total, de principal e juros, está programado para 3 de março de 2013 e 2 de março de 2014.
- (g) Os empréstimos do BNDES são compostos pela seguinte forma:
- Em 6 de agosto de 2009, a Companhia contratou linha de crédito com o BNDES, no montante total de R\$123.508, dos quais foi liberado até 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$122.262. A amortização do principal se dará em 48 parcelas mensais, com início em 15 de setembro de 2011 e término em 15 de outubro de 2015.
 - A linha de crédito está destinada a expansão e modernização das unidades de Apiaí, Pedro Leopoldo, Ijací e Bodoquena, aquisição de máquinas e equipamentos, investimentos em meio ambiente na unidade de Pedro Leopoldo e capital de giro.
 - Em 10 de novembro de 2009, a Companhia contratou linha de crédito com o BNDES, no montante de R\$200.000, destinada a financiamento de capital de giro, no âmbito do Programa Especial de Crédito - PEC-BNDES. A amortização do principal e dos juros ocorreu em parcelas mensais entre janeiro e novembro de 2012.

Os dois contratos descritos anteriormente exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, sendo a principal manter semestralmente os indicadores de dívida líquida/“Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e índice de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

- (h) O financiamento tem por finalidade subsidiar a implantação da Usina Hidrelétrica (UHE Estreito - CESTE). Os juros foram capitalizados até 15 de setembro de 2011 e serão exigidos mensalmente a partir de 15 de outubro de 2011. O principal será amortizado a partir de 15 de outubro de 2011, com vencimento final em 15 de setembro de 2029. As garantias do financiamento são formadas por: (a) direito de receber todos e quaisquer valores que estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente, nos termos do contrato de concessão; (b) direito de vender a parcela da energia elétrica produzida pelo CESTE atribuída à Companhia; e (c) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão.
- (i) Em 28 de julho de 2011, a Companhia, por meio da controlada Cauê Finance, captou empréstimo no valor de US\$130 milhões, sujeito a juros de 2,90% ao ano mais LIBOR, a serem pagos semestralmente, com vencimento final em 28 de julho de 2016. A referida captação está garantida por aval da Companhia. O contrato estabelece relação máxima anual entre a dívida líquida e o EBITDA do Grupo InterCement. A referida captação foi realizada para recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional (“medium-term notes”).

Em 31 de dezembro de 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

13.2. Controladas e controladas em conjunto

Os saldos com instituições financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos, obtidos pelas empresas controladas e controladas em conjunto são como segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Holdtotal S.A. e controladas:		
Empréstimos em pesos argentinos (a)	249.903	99.062
Outros empréstimos em dólar norte-americano e euro	419	7.048
“Medium-term notes” (b)	93.223	85.755
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (c)	128.402	168.615
Itaú Unibanco S.A. - Nova York (d)	114.934	105.126
Camargo Corrêa Escom Cement B.V.	-	4.259
Yguazu Cimentos S.A.		
Empréstimos em guarani	6.208	-
Empréstimos em dólar norte-americano	86.677	7.517
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	<u>39.876</u>	<u>46.071</u>
Total	<u>719.642</u>	<u>523.453</u>
Classificados no circulante - controladas e controladas em conjunto	230.480	148.274
Classificados no não circulante - controladas e controladas em conjunto	489.162	375.179
Classificados no circulante - consolidado	414.188	336.119
Classificados no não circulante - consolidado	1.068.012	1.073.828

Holdtotal S.A. e controladas (substancialmente Loma Negra)

- (a) Empréstimo em pesos argentinos, com vencimento final em 2016 e taxa média de juros de 18,75% ao ano.
- (b) Bônus de US\$100 milhões, emitido em 10 de março de 2006, com vencimento em 15 de março de 2013, juros de 7,25% ao ano e garantia irrestrita da controladora.

Em 27 de julho de 2011, a controlada Loma Negra realizou oferta de recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional e garantidos pela Companhia (“medium-term notes”), no valor de US\$100 milhões, bem como solicitação de anuência para alterar a escritura de emissão desses títulos, eliminando cláusulas restritivas (“covenants”). Em 28 de julho de 2011, a oferta foi encerrada, e a controlada Loma Negra recomprou títulos nos montantes equivalentes a US\$55.2 milhões. Pela quitação antecipada foi pago o prêmio de US\$3,8 milhões contabilizado na rubrica “Despesas financeiras”. A recompra foi realizada mediante a captação de novo empréstimo conforme item (d).

- (c) Captação da controlada Loma Negra com o BID, em 28 de dezembro de 2009, no montante de US\$125 milhões, destinado à modernização e expansão das fábricas. O empréstimo está sujeito a taxa de juros média de 4,875% ao ano mais LIBOR e está assim dividido: (i) US\$20 milhões, com vencimento final em 2017 e pagamentos a serem feitos em 29 parcelas trimestrais a partir de 15 de novembro de 2010; e (ii) US\$105 milhões, com vencimento final em 2014 e pagamentos a serem feitos em 17 parcelas trimestrais a partir de 15 de novembro de 2010.
- (d) Em 28 de julho de 2011, a controlada Loma Negra captou empréstimo no valor de US\$55,2 milhões, sujeito a juros de 2,90% ao ano mais LIBOR, a serem pagos semestralmente, com vencimento final em 28 de julho de 2016. As referidas captações estão garantidas por aval da Companhia. A referida captação foi realizada para recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional (“medium-term notes”).

Todos os contratos de empréstimos mencionados possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de determinados indicadores financeiros preestabelecidos. Tais indicadores financeiros foram cumpridos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

BAESA - Energética Barra Grande S.A. - Financiamentos com o BNDES

Sobre a maior parcela do principal da dívida, no montante total de R\$31.960 em 31 de dezembro de 2012 (R\$37.665 em 31 de dezembro de 2011), incidem juros de 3,125% a 4,125% ao ano acima da TJLP. Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder essa taxa, será capitalizado com o saldo devedor, sendo liquidado na forma do principal, incidindo sobre essa parcela os mesmos encargos do financiamento do principal.

Sobre o restante do principal da dívida (“Subcrédito E”), no montante de R\$7.916 em 31 de dezembro de 2012 (R\$8.406 em 31 de dezembro de 2011), incidem juros de 3,125% ao ano acima de taxa calculada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de empréstimos em moeda estrangeira.

Os contratos de financiamento mencionados anteriormente possuem cláusulas do tipo “debt covenants”, que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a controlada em conjunto BAESA está em conformidade com as referidas cláusulas.

Yguazu Cimentos S.A.

A controlada Yguazu Cimentos S.A. captou empréstimos com instituições financeiras com a finalidade de construção de uma fábrica de cimento no Paraguai. As condições e os termos dos empréstimos estão descritos a seguir:

- Empréstimo no Banco Itaú S.A., no montante de US\$31 milhões, com incidência de juros de 5,25% a 5,5% ao ano e prazo de vencimento até fevereiro de 2013. A Companhia é garantidora desse empréstimo até o montante de US\$7.700 mil.
- Empréstimo no Banco Continental S.A., no montante de US\$8.000 mil, com incidência de juros de 5,5% ao ano e prazo de vencimento até fevereiro de 2013.

- Empréstimo no Banco HSBC S.A., no montante de US\$3.000 mil, com incidência de juros de 5,5% ao ano e prazo de vencimento até fevereiro de 2013.
- Empréstimo no Banco Itaú S.A., no montante de G\$12.600 mil (guaranis), com incidência de juros de 9% ao ano e prazo de vencimento até fevereiro de 2013.

Os empréstimos da Yguazu não possuem cláusulas restritivas.

13.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercício findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2011	695.563	1.177.536
Captações de empréstimos e financiamentos	360.759	547.369
Encargos	57.558	98.099
Efeitos da variação monetária	1.437	1.437
Efeitos da variação cambial	40.433	91.471
Pagamento de juros	(59.341)	(97.599)
Pagamento do principal	(342.814)	(541.265)
Adições - CESTE (a)	132.899	132.899
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>886.494</u>	<u>1.409.947</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Captações de empréstimos e financiamentos	18.630	320.118
Encargos	52.698	117.266
Efeitos da variação monetária	1.018	46.887
Efeitos da variação cambial	33.133	(398)
Pagamento de juros	(59.818)	(119.751)
Pagamento do principal	(169.597)	(351.011)
Aquisição adicional de participação acionária (b)	-	59.142
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>762.558</u>	<u>1.482.200</u>

(a) Referem-se à parcela de empréstimos do acervo líquido decorrente da obtenção de cotas de participação do CESTE, conforme a nota explicativa nº 1.

(b) Refere-se à parcela de empréstimos decorrente da aquisição adicional de participação acionária na controlada Yguazu, pela controlada Holdtotal.

Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas de longo prazo possuem cronograma de vencimento, como segue:

<u>Exercício</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	49.324	279.794
2015	33.470	114.448
2016	12.362	172.087
2017	12.362	24.700
2018	11.961	17.613
Após 2018	<u>459.371</u>	<u>459.370</u>
Total	<u>578.850</u>	<u>1.068.012</u>

14. DEBÊNTURES

14.1. Controladora

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31.12.2012</u>
2ª emissão - 1ª série	115% da taxa DI	Abril de 2022	1.060.567
2ª emissão - 2ª série	115% da taxa DI	Abril de 2022	507.497
Gastos com emissão			<u>(10.769)</u>
			<u>1.557.295</u>
Classificadas no circulante			66.492
Classificadas no não circulante			1.490.803

Em 14 de março de 2012, a Companhia emitiu 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$10. As debêntures são remuneradas a 115% da taxa DI, e os juros são devidos conforme segue:

- Debêntures da 1ª série: serão pagas anualmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento em 2013 e o último pagamento na data de vencimento da primeira série.
- Debêntures da 2ª série: serão pagas semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em outubro de 2012 e o último pagamento na data de vencimento da segunda série.

O principal será liquidado conforme a tabela a seguir:

<u>Parcela</u>	<u>Datas de pagamento</u>	<u>Percentual pago do valor unitário</u>
1	Abril de 2017	16,66
2	Abril de 2018	16,66
3	Abril de 2019	16,67
4	Abril de 2020	16,67
5	Abril de 2021	16,67
6	Abril de 2022	16,67

As referidas debêntures estão garantidas por carta de fiança da InterCement Participações S.A. e da InterCement Austria Equity Participation GmbH e por penhor de 451.132.545 ações da Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l.

Condições restritivas

O contrato exige o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, sendo as principais:

- i) Sua controladora InterCement Participações S.A. mantenha, no encerramento de cada exercício fiscal, os indicadores de dívida líquida/EBITDA.
- ii) Apresentar anualmente as demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2012, tais índices financeiros foram cumpridos.

14.2. Controlada em conjunto BAESA

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento até</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Consolidado:				
1ª série - controlada em conjunto BAESA	100% da taxa DI + 0,3% a.a.	Agosto de 2016	4.326	5.517
2ª série - controlada em conjunto BAESA	100% da taxa DI + 0,3% a.a.	Agosto de 2016	3.548	4.525
Gastos com emissão			<u>(34)</u>	<u>(43)</u>
			<u>7.840</u>	<u>9.999</u>
Classificadas no circulante - controlada em conjunto			2.164	2.260
Classificadas no não circulante - controlada em conjunto			5.676	7.739
Classificadas no circulante - consolidado			68.656	2.260
Classificadas no não circulante - consolidado			1.496.479	7.739

Na escritura pública de debêntures estão previstas certas condições restritivas, como a manutenção do endividamento total máximo equivalente a 75% dos seus ativos totais, as quais requerem que a controlada em conjunto mantenha determinados índices financeiros que vêm sendo adequadamente atendidos.

A movimentação das debêntures para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2011	-	12.101
Encargos	-	1.349
Pagamento de juros	-	(1.378)
Pagamento do principal	-	(2.073)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>9.999</u>

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Captações	1.488.141	1.488.141
Encargos	91.603	92.437
Pagamento de juros	(22.449)	(23.378)
Pagamento do principal	-	(2.064)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.557.295</u>	<u>1.565.135</u>

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas a riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros. Em bases periódicas, as respectivas Administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de prováveis perdas e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios.

A provisão para riscos é composta como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Trabalhistas e previdenciários	10.910	6.390	16.706	8.337
Tributários (a)	11.026	11.194	11.026	11.194
Cíveis e outros (b)	<u>19.700</u>	<u>20.832</u>	<u>32.905</u>	<u>35.824</u>
	41.636	38.416	60.637	55.355
Depósito judicial (c)	<u>(4.598)</u>	<u>(3.682)</u>	<u>(4.598)</u>	<u>(3.682)</u>
Total	<u>37.038</u>	<u>34.734</u>	<u>56.039</u>	<u>51.673</u>

- (a) Na controladora, referem-se substancialmente a autos de infração fiscal e ações judiciais relativos a: (i) ICMS - discussão sobre a base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária, sobre a base de cálculo em transferência de mercadorias entre estabelecimentos localizados em um mesmo Estado, sobre o Estado competente para cobrança do ICMS devido em operação de importação (importação indireta), e discussão sobre autuação por suposto aproveitamento indevido de créditos de ICMS; (ii) COFINS - discussão sobre regularidade na compensação de débitos da COFINS com créditos de FINSOCIAL, autorizada judicialmente; (iii) multa SUNAB - discussão de auto de infração decorrente da alegação de infringência ao disposto nas Leis nº 7.784/89, nº 8.035/90 e nº 8.178/91; e (iv) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - discussão sobre insuficiência de recolhimento de tributo, relacionada à exigência de correção monetária sobre empréstimo compulsório à Eletrobrás, no exercício de 1982, ano-base 1981.
- (b) No consolidado, em 31 de dezembro de 2010, a controlada Holdtotal S.A. possuía provisão para riscos cíveis no valor de R\$70.124, referente à multa aplicada pela Comissão Nacional de Defesa da Concorrência da Argentina (“CNDC”), por supostos atos praticados pela controlada Loma Negra, entre o período de 1º de julho de 1981 e 31 de agosto de 1999, que resultaram em infração à Lei de Defesa do Consumidor da Argentina. Em 9 de setembro de 2011, a CNDC declarou nula a infração aplicada à controlada Loma Negra; por esse motivo e tendo em conta a opinião de seus assessores jurídicos, a controlada reverteu a provisão para riscos cíveis que havia constituído no valor de R\$67.207.

- (c) A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2012 depósitos judiciais atrelados às provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, previdenciários e outros, conforme segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Trabalhistas e previdenciários	3.537	1.865
Tributárias	931	183
Cíveis e outros	<u>130</u>	<u>1.634</u>
Total	<u>4.598</u>	<u>3.682</u>

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem exposição de R\$350.785 (R\$248.981 em 31 de dezembro de 2011), por riscos trabalhistas (R\$18.359), tributários (R\$234.519), cíveis (R\$4.237) e processos administrativos de outras naturezas (R\$93.670) cuja chance de perda foi considerada como possível, conforme opinião dos assessores jurídicos.

Outros

A Companhia e outras empresas do setor são partes em processos administrativos relacionados a aspectos de defesa da concorrência, em trâmite perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, dos quais a Secretaria de Direito Econômico - SDE é parte, e para os quais não há provisão em 31 de dezembro de 2012 em razão do prognóstico de perda, considerado possível.

Em 9 de novembro de 2011, a SDE concluiu seu parecer no processo administrativo que apura supostas infrações à ordem econômica e encaminhou o processo ao julgamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, recomendando a aplicação das multas e penalidades previstas no artigo 23 da Lei nº 8.884/94 às empresas envolvidas.

O CADE deverá avaliar o caso e emitir a sua opinião, que será final no âmbito administrativo, podendo ou não seguir as recomendações da SDE. Caso o CADE decida pela condenação da Companhia, as competentes medidas judiciais cabíveis serão tomadas.

O valor da possível perda nesse processo pode variar de 0,1% a 20% do faturamento da Companhia, nos exercícios anteriores à instauração dos processos administrativos que ocorreram em 2003, 2005 e 2007.

A Administração da Companhia e os seus assessores jurídicos entendem que a recomendação da SDE não deve prosperar contra a Companhia, em razão da existência de argumentos relevantes que devem ser considerados pelas autoridades competentes em todas as instâncias legais aplicáveis. Assim, eles mantêm a opinião de que a chance de perda não é provável.

A movimentação das provisões para riscos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Controladora				Total
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósito judicial	
Saldos em 1º de janeiro de 2011	8.875	13.575	21.395	(2.988)	40.857
Constituição	6.138	4.648	421	(2.590)	8.617
Reversão	(9.856)	(10.790)	(2.781)	-	(23.427)
Atualização	1.233	3.761	1.797	(277)	6.514
Resgate de depósito judicial	-	-	-	2.173	2.173
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>6.390</u>	<u>11.194</u>	<u>20.832</u>	<u>(3.682)</u>	<u>34.734</u>
Constituição	4.459	936	66	(2.368)	3.093
Pagamento (reversão)	(2.787)	(1.962)	(1.969)	1.821	(4.897)
Atualização	2.848	858	771	(369)	4.108
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>10.910</u>	<u>11.026</u>	<u>19.700</u>	<u>(4.598)</u>	<u>37.038</u>

	Consolidado				Total
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósito judicial	
Saldos em 1º de janeiro de 2011	11.451	13.575	99.613	(2.988)	121.651
Constituição	6.157	4.648	4.957	(2.590)	13.172
Reversão	(10.606)	(10.790)	(73.641)	-	(95.037)
Atualização	1.233	3.761	1.797	(277)	6.514
Variação cambial	102	-	3.098	-	3.200
Resgate de depósito judicial	-	-	-	2.173	2.173
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>8.337</u>	<u>11.194</u>	<u>35.824</u>	<u>(3.682)</u>	<u>51.673</u>
Constituição	8.371	936	392	(2.368)	7.331
Pagamento (reversão)	(2.569)	(1.962)	(3.452)	1.821	(6.162)
Atualização	2.848	858	770	(369)	4.107
Variação cambial	(281)	-	(629)	-	(910)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>16.706</u>	<u>11.026</u>	<u>32.905</u>	<u>(4.598)</u>	<u>56.039</u>

16. PROVISÃO PARA RECONSTITUIÇÃO AMBIENTAL

A movimentação das provisões para reconstituição ambiental no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2011	53.592	88.293
Utilização	(2.584)	(9.083)
Atualização	3.524	6.450
Variação cambial	-	1.373
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>54.532</u>	<u>87.033</u>
Utilização	(112)	(2.245)
Atualização	1.166	1.166
Reversão	-	(7.360)
Variação cambial	-	(976)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>55.586</u>	<u>77.618</u>

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Previdência privada

A Companhia proporciona aos funcionários um plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia contribuiu com o montante de R\$1.155 (R\$950 em 31 de dezembro de 2011).

b) Outros benefícios a empregados

São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como: auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de 2012 é de R\$31.508 na controladora (R\$26.483 em 31 de dezembro de 2011), e R\$50.850 no consolidado (R\$41.932 em 31 de dezembro de 2011).

18. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo e vendas e compras de produtos e serviços.

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são os seguintes:

	Controladora							
	31.12.2012							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante			
Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Dividendos a receber	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Adiantamento de clientes	Dividendos a pagar	
Controlada em conjunto- BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	4.912	-	-	-
Entidades sob controle comum:								
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	-	-	-	-	221	-	46	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	1.796	-	-	-	21	-	95	-
InterCement Participações S.A.	-	171	-	-	-	-	-	10.288
InterCement Austria Holding GmbH	-	-	-	667	-	-	-	-
CCB - Cimpor Cimentos do Brasil S.A. (b)	440	-	-	-	72	-	-	-
Controladas:								
CCCimentos Participações Ltda.	-	-	-	-	-	1.693	-	-
Loma Negra C.I.A. S.A. (c)	-	-	57.273	-	-	86.917	-	-
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	-	-	-	1.690	-	-	-	-
Controladora final:								
Camargo Corrêa S.A. (b)	109	-	-	-	97	-	-	-
Cauê Austria Holding GmbH (d)	-	-	-	-	-	52.000	-	13.259
Outras	-	-	-	-	4	-	-	840
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>2.345</u>	<u>171</u>	<u>57.273</u>	<u>2.357</u>	<u>5.327</u>	<u>140.610</u>	<u>141</u>	<u>24.387</u>

	Controladora							
	31.12.2011							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante			
Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas	Adiantamentos a fornecedores	Fornecedores	Partes relacionadas	Adiantamentos de clientes	Dividendos a pagar	
Controlada em conjunto- BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	-	57	-	3.724	-	-	-
Entidades sob controle comum:								
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	317	-	-	-	1.039	-	30	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	2.267	-	-	-	-	-	17	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	2	-	-	-	-	-	-	-
Camargo Corrêa Construções Industriais S.A.	-	753	-	-	-	-	-	-
InterCement Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	83.969
InterCement Austria Holding GmbH	-	-	-	598	-	55.332	-	-
Controladas:								
CCCimentos Participações Ltda.	-	-	-	-	-	1.676	-	-
Loma Negra C.I.A. S.A. (c)	-	-	-	-	-	72.744	-	-
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	-	-	2.354	-	-	-	-	-
Controladora final-								
Camargo Corrêa S.A. (b)	57	-	-	-	-	-	-	-
Outras	61	35	99	-	4	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2011	<u>2.704</u>	<u>788</u>	<u>2.510</u>	<u>598</u>	<u>4.767</u>	<u>129.752</u>	<u>47</u>	<u>83.969</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

	Consolidado						
	31.12.2012						
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		
Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Adiantamentos de clientes	Dividendos a pagar
Entidades sob controle comum:							
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	-	-	-	221	-	46	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	1.796	-	-	21	-	95	-
InterCement Participações S.A.	-	171	-	-	-	-	10.288
InterCement Austria Holding GmbH	-	-	4.345	-	-	-	-
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l.	-	-	-	-	1.078	-	-
CCB - Cimpor Cimentos do Brasil Ltda.	554	-	-	72	-	-	-
Controladora final-							
Camargo Corrêa S.A.	109	-	-	97	-	-	945
Cauê Áustria Holding GmbH (d)	-	-	4.087	-	52.000	-	13.259
Outras	-	-	-	4	-	-	2.647
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>2.459</u>	<u>171</u>	<u>8.432</u>	<u>415</u>	<u>53.078</u>	<u>141</u>	<u>27.139</u>

	Consolidado						
	31.12.2011						
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		
Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas	Adiantamentos a fornecedores	Fornecedores	Partes relacionadas	Adiantamentos de clientes	Dividendos a pagar
Entidades sob controle comum:							
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	317	-	-	-	1.039	-	30
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	2.267	-	-	-	-	-	17
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	2	-	-	-	-	-	-
Camargo Corrêa Construções Industriais S.A.	-	753	-	-	-	-	-
InterCement Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	85.221
InterCement Austria Holding GmbH	-	-	-	598	-	55.332	-
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l.	-	-	-	-	-	974	-
Controladora final-							
Camargo Corrêa S.A.	57	-	-	-	-	-	-
Outras	61	35	99	-	4	-	-
Total em 31 de dezembro de 2011	<u>2.704</u>	<u>788</u>	<u>99</u>	<u>598</u>	<u>1.043</u>	<u>56.306</u>	<u>47</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são como segue:

	Controladora			Controladora		
	31.12.2012			31.12.2011		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros
Controladas em conjunto:						
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	31.197	-	-	42.847	-
Entidades sob controle comum:						
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	4.375	-	-	3.197	11.180	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	18.075	-	-	24.193	-	-
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. - Usiminas (b)	-	-	-	752	84.366	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	-	-	-	3.696	-	-
Camargo Corrêa Geração de Energia S.A. (b)	-	-	-	-	2.603	-
Cimpor Trading S.A. (b)	6.009	72	-	1.025	7.566	-
Construções Camargo Corrêa Energia S.A. (b)	-	-	-	-	398	-
Camargo Corrêa Construções Industriais (b)	-	180	-	-	-	-
InterCement Austria Holding GmbH	-	-	(69)	-	-	-
Controlada-:						
Loma Negra C.I.A. S.A. (c)	-	-	8.545	-	-	6.367
Yguazu Cimentos S.A. (b)	-	-	-	1.275	-	-
Controladora final:						
Camargo Corrêa S.A. (d)	515	-	-	541	528	-
Cauê Áustria Holding GmbH	-	-	9.039	-	-	-
Outras	-	-	-	196	27	185
Total	<u>28.974</u>	<u>31.449</u>	<u>17.515</u>	<u>34.875</u>	<u>149.515</u>	<u>6.552</u>

	Consolidado			Consolidado		
	31.12.2012			31.12.2011		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum:						
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	4.375	-	-	3.197	11.180	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	18.075	-	-	24.193	-	-
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. - Usiminas (b)	-	-	-	752	84.366	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	-	-	-	3.696	-	-
Camargo Corrêa Geração de Energia S.A. (b)	-	-	-	-	2.603	-
Cimpor Trading S.A. (b)	6.009	72	-	1.025	7.566	-
Construções Camargo Corrêa Energia S.A. (b)	-	-	-	-	398	-
Camargo Corrêa Construções Industriais (b)	-	180	-	-	-	-
InterCement Austria Holding GmbH	-	-	(69)	-	-	-
Controladora final:						
Camargo Corrêa S.A.	515	-	-	541	528	-
Cauê Áustria Holding GmbH	-	-	9.039	-	-	-
Outras	-	-	-	196	27	185
Total	<u>28.974</u>	<u>252</u>	<u>8.970</u>	<u>33.600</u>	<u>106.668</u>	<u>185</u>

(a) Contrato de compra e venda de energia entre as empresas do consórcio BAESA.

(b) Compra e venda de mercadorias e serviços.

(c) Refere-se a empréstimos de mútuo no valor total de US\$34,5 milhões, sujeito a juros entre 3,9% e 4,15% ao ano, com vencimento do principal e juros em 29 de julho de 2012 e 13 de dezembro de 2013.

(d) Refere-se a empréstimo de mútuo no valor total de US\$25 milhões, sujeito a juros de 3,5% ao ano adicionados à variação da LIBOR, com vencimento de principal e juros em 27 de julho de 2016.

Remuneração dos Administradores

a) Controladora

Em 30 de abril de 2012, o valor da remuneração de curto prazo do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários para o exercício de 2012 foi fixado em até R\$14.255, não incluídos encargos sociais, acrescido de provisão de férias e benefícios de qualquer natureza, conforme deliberação das Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária.

Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Curto prazo:		
Salários, remuneração variável e outros benefícios (i)	6.245	5.342
Salários, remuneração variável e outros benefícios (ii)	387	2.524
Encargos	2.176	1.735
Longo prazo (benefícios pós-emprego)-		
Previdência privada	<u>199</u>	<u>145</u>
Total da remuneração	<u>9.007</u>	<u>9.746</u>

(i) Remuneração dos Diretores Estatutários.

(ii) Remuneração do Conselho de Administração.

b) Consolidado

O montante pago até 31 de dezembro de 2012 é de R\$15.006, sendo: (i) R\$14.808 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios; e (ii) R\$199 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada (R\$15.247 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sendo R\$15.101 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios e R\$145 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>31.12.2012</u>
Capital social no início do exercício	1.004.829
Aumento de capital em 19 de janeiro de 2012	55.332
Aumento de capital - reservas de retenção de lucros em 18 de abril de 2012	<u>15.030</u>
Capital social no fim do exercício	<u>1.075.191</u>

O capital social em 31 de dezembro de 2012 é representado por 2.241 (212.486.766 em 31 de dezembro de 2011) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 1.241 ordinárias (117.660.556 em 31 de dezembro de 2011) e 1.000 preferenciais (94.826.210 em 31 de dezembro de 2011).

As ações preferenciais não dão direito a voto, mas conferem prioridade à distribuição de dividendos anuais, não cumulativos, de 6% sobre o valor do capital social correspondente às ações preferenciais; os dividendos nunca poderão ser inferiores aos que couberem às ações ordinárias.

Reserva de lucros

Corresponde à retenção de lucros para aplicação em projetos de investimentos, conforme orçamento a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e segundo artigo 194 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia constituiu reserva de lucros no montante de R\$187.045 (R\$220.475 em 31 de dezembro de 2011), que será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2013.

Dividendos

Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

	<u>Controladora</u> <u>31.12.2012</u>
Lucro do exercício	243.841
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	1.464
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(12.265)</u>
	<u>233.040</u>
 Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	 <u>58.260</u>
 Proposta da Administração:	
Dividendos pagos referentes à antecipação do resultado de 2012	45.001
Dividendos a pagar	13.259
Constituição de reserva para investimento	174.780

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de abril de 2012, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos no montante de R\$1.101.037, sendo: (i) R\$1.056.036 referentes às reservas de lucros de exercícios anteriores; e (ii) R\$45.001 referentes à antecipação do resultado de 2012.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	328.552	395.187	380.613	458.448
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(111.708)	(134.364)	(129.408)	(155.872)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	32.133	56.779	-	-
Adições permanentes, líquidas	(2.278)	(504)	(2.308)	22.517
Diferença de alíquota para resultado no exterior	-	-	320	(1.560)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa durante o período para compensação de multa e juros de parcelamento de impostos	-	(9.908)	-	(9.908)
Reversão de prejuízo fiscal e base negativa	-	(5.126)	-	(5.126)
Outros	<u>(2.858)</u>	<u>516</u>	<u>(4.937)</u>	<u>(1.688)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(84.711)</u>	<u>(92.607)</u>	<u>(136.333)</u>	<u>(151.637)</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e sobre as diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas entre os livros fiscais e societários até o limite considerado passível de realização pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
No ativo:				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	153.583	143.563	161.832	143.563
Riscos tributários, trabalhistas e cíveis	14.753	15.407	14.753	15.407
Provisão para reconstituição ambiental	15.061	14.507	26.111	29.558
PIS e COFINS sobre receitas financeiras e outras receitas não operacionais (impostos parcelados)	18.214	26.082	18.214	26.082
Provisões para participação nos lucros	5.439	7.532	5.439	7.532
Provisões para serviços de terceiros	1.088	4.060	1.088	4.060
Outras provisões temporárias	<u>14.010</u>	<u>15.296</u>	<u>16.662</u>	<u>21.344</u>
Total - ativo	<u>222.148</u>	<u>226.447</u>	<u>244.099</u>	<u>247.546</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
No passivo:				
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	309.752	234.441	309.752	234.441
Varição cambial tributada no regime de caixa	3.103	14.446	3.103	72.603
Custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	96.389	49.799
Avaliação da vida útil do imobilizado (*)	25.739	14.954	25.739	14.954
Outras provisões temporárias	<u>18.191</u>	<u>15.957</u>	<u>29.523</u>	<u>18.917</u>
Total - passivo	<u>356.785</u>	<u>279.798</u>	<u>464.506</u>	<u>390.714</u>
Total líquido classificado no passivo não circulante	<u>134.637</u>	<u>53.351</u>	<u>220.407</u>	<u>143.168</u>

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre taxa de depreciação contábil e fiscal. Para fins fiscais as referidas taxas continuarão seguindo o disposto no Decreto nº 3.000/99 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR).

Em 31 de dezembro de 2012, a expectativa de realização da parcela do ativo não circulante é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	121.325	126.374
2015	100.823	106.399
2016	-	3.451
2017	-	7.875
Total	<u>222.148</u>	<u>244.099</u>

Essa expectativa de realização considera o histórico de lucratividade, as projeções de resultados tributáveis futuros e o prazo esperado para a reversão das diferenças temporárias. A parcela do passivo terá início de liquidação após 2016, data em que os empréstimos em moeda estrangeira serão pagos, conforme a nota explicativa nº 13 e pelo fato de a realização do ágio não ser previamente definida.

21. RECEITAS

A análise das receitas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Venda de produtos	1.928.039	1.856.410	3.499.398	3.193.901
Serviços prestados	335.743	322.286	418.616	390.053
(-) Impostos sobre vendas	(527.999)	(507.869)	(555.826)	(530.175)
(-) Abatimentos/descontos	<u>(11.981)</u>	<u>(18.735)</u>	<u>(137.693)</u>	<u>(169.406)</u>
Total	<u>1.723.802</u>	<u>1.652.092</u>	<u>3.224.495</u>	<u>2.884.373</u>

Os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como IPI, ICMS, PIS, COFINS, ISS e IVA.

22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Depreciação e amortização	(69.940)	(67.064)	(141.063)	(126.956)
Salários e benefícios a empregados	(173.006)	(154.993)	(463.056)	(369.907)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(417.977)	(434.290)	(533.320)	(670.424)
Despesas tributárias	(6.076)	(17.347)	(30.821)	(59.842)
Serviços de terceiros	(130.128)	(126.630)	(212.069)	(181.392)
Despesas com aluguel	(32.273)	(24.587)	(36.404)	(28.329)
Despesas com frete	(236.512)	(190.119)	(356.507)	(301.340)
Despesas com manutenção	(93.686)	(83.927)	(221.743)	(183.888)
Despesas com combustível	(141.072)	(131.875)	(317.943)	(265.432)
Despesas com eletricidade	(59.085)	(72.892)	(160.708)	(158.733)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	1.547	(4.572)	1.547	(4.572)
Ganho na venda de ativo imobilizado (a)	54.912	5.707	54.912	5.707
Outras receitas (despesas)	<u>(37.788)</u>	<u>(2.712)</u>	<u>(153.506)</u>	<u>107.558</u>
Total	<u>(1.341.084)</u>	<u>(1.305.301)</u>	<u>(2.570.681)</u>	<u>(2.237.550)</u>
Custo das vendas e serviços	(1.268.674)	(1.195.743)	(2.371.000)	(2.056.016)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(117.028)	(132.982)	(239.731)	(257.723)
Outras receitas operacionais, líquidas (b)	<u>44.618</u>	<u>23.424</u>	<u>40.050</u>	<u>76.189</u>
Total	<u>(1.341.084)</u>	<u>(1.305.301)</u>	<u>(2.570.681)</u>	<u>(2.237.550)</u>

(a) Em 20 de dezembro de 2012, a Companhia alienou 12 usinas a terceiros e 4 terrenos para empresas que possuem os mesmos acionistas da Companhia, sendo 3 terrenos para a CCEC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda. e 1 terreno para a BTS Participações e Investimentos Ltda. Tal transação gerou ganho, como segue:

Descrição	Comprador	Valor		
		contábil residual	Valor venda	Ganho na venda
Terreno - Jaguaré (*)	BTS	14.478	39.353	24.875
Terreno - Freguesia do Ó (*)	CECC	9.796	13.085	3.289
Terreno - São Bernardo do Campo (*)	CECC	4.902	13.745	8.843
Terreno - Praia Grande (*)	CECC	3.066	9.670	6.604
Usinas diversas	Terceiros	<u>3.876</u>	<u>7.475</u>	<u>3.599</u>
Total		<u>36.118</u>	<u>83.328</u>	<u>47.210</u>

(*) A Companhia firmou contrato de locação de tais terrenos por um prazo mínimo de dois anos.

- (b) Em 2011, o saldo da rubrica “Outras receitas (despesas)” é representado pela constituição de créditos extemporâneos de PIS e COFINS, relacionados substancialmente às importações de produtos aplicados ao processo produtivo, mudança na metodologia de cumulativo para não cumulativo sobre a venda de concreto, apuração de créditos extemporâneos e pelo ganho na adesão da Companhia ao Programa de Parcelamento de Débitos da Secretaria da Receita Federal do Brasil - REFIS. No consolidado, refere-se à reversão de provisão para riscos cíveis, na controlada Loma Negra, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Variação cambial:				
Receita com variação cambial	53.921	65.404	67.337	66.949
Despesa com variação cambial	<u>(97.893)</u>	<u>(119.832)</u>	<u>(153.769)</u>	<u>(144.057)</u>
Total	<u>(43.972)</u>	<u>(54.428)</u>	<u>(86.432)</u>	<u>(77.108)</u>
Receitas financeiras:				
Variação monetária	9.154	4.741	9.157	4.745
Rendimento financeiro	25.451	6.509	34.527	10.650
Juros ativos	3.639	2.983	3.664	2.983
Instrumentos financeiros derivativos (a)	21.663	17.086	21.663	17.086
Outras receitas	<u>1.243</u>	<u>1.157</u>	<u>753</u>	<u>2.661</u>
Total	<u>61.150</u>	<u>32.476</u>	<u>69.764</u>	<u>38.125</u>
Despesas financeiras:				
Variação monetária	(10.795)	(3.245)	(9.268)	(3.245)
Despesa com juros e encargos (b)	(126.303)	(78.884)	(189.920)	(120.240)
Despesa de multas	(1.716)	(4.539)	(1.716)	(7.276)
Instrumentos financeiros derivativos (a)	(17.476)	(9.215)	(17.476)	(9.215)
Outras despesas	<u>(9.564)</u>	<u>(765)</u>	<u>(38.153)</u>	<u>(9.416)</u>
Total	<u>(165.854)</u>	<u>(96.648)</u>	<u>(256.533)</u>	<u>(149.392)</u>

- (a) Ganhos e perdas de instrumentos financeiros decorrentes do empréstimo contraído em dólares norte-americanos, para fins de importação de bens e produtos, conforme nota explicativa nº 13.1.(f).
- (b) O saldo inclui despesa com pagamento de prêmio para a liquidação parcial dos “bonds”, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

24. COMPROMISSOS

- a) Contratos de arrendamento como arrendatário

Os contratos de arrendamentos operacionais de terrenos têm prazos de duração entre cinco e dez anos. Todos os contratos válidos por mais de cinco anos contêm cláusulas de revisão do valor de mercado do aluguel a cada cinco anos. O Grupo não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. A estimativa de pagamentos de aluguéis, em valores nominais, é composta por:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Até 1 ano	6.574	7.196	29.719	7.430
De 1 a 5 anos	24.108	24.353	52.732	24.363
Mais de 5 anos	<u>49.891</u>	<u>57.199</u>	<u>49.891</u>	<u>57.199</u>
Total	<u>80.573</u>	<u>88.748</u>	<u>132.342</u>	<u>88.992</u>

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu o montante de R\$5.050 (R\$4.333 em 31 de dezembro de 2011), referente às despesas com operações de arrendamento mercantil operacional.

b) Contratos de compra

A Companhia possui acordo contratual de aquisição de escória bruta, com prazo previsto para 2021, correção anual pelo IGP-M e estimativa de desembolso total, em valores nominais, conforme segue:

	<u>31.12.2012</u>
2013	41.387
2014	37.014
2015	46.127
2016	46.127
2017	46.127
Após 2017	<u>184.510</u>
Total	<u>401.292</u>

25. LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 e o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, no quadro a seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Numerador básico e diluído				
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas - R\$	243.841	302.580	244.280	306.811
Denominador básico e diluído				
Média ponderada de ações	2.235	212.486.766	2.235	212.486.766
Lucro líquido por ação básico - R\$	100.295,22	1,3274	100.572,71	1,3460
Lucro líquido por ação diluído - R\$	120.005,82	1,5881	120.101,72	1,6103

Em 2 de agosto de 2012, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento das ações representativas do capital social da Companhia na proporção de 100.000 (cem mil) ações para cada 1 (uma) ação, de forma que o capital social, anteriormente representado por 224.187.578 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 124.132.662 ordinárias e 100.054.916 ações, todas nominativas sem valor nominal, passasse a ser de 1.241 ações ordinárias e 1.000 ações preferenciais.

26. SEGUROS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm política de efetuar cobertura de seguros de forma global dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração. Os valores segurados por modalidade, conforme as apólices de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2012 são os seguintes:

Modalidade	Vencimento	Limite máximo de indenização
Riscos nomeados	Novembro de 2013	R\$277.203
Veículos	Novembro de 2013	Variável de acordo com o bem segurado
Responsabilidade civil geral	Novembro de 2013	R\$40.207
Transporte - importação	Abril de 2013	US\$14.300 mil por embarque marítimo ou aéreo e R\$1.000 nas viagens complementares rodoviárias
Transporte - exportação	Abril de 2013	US\$10.000 mil por acúmulo
Riscos de engenharia	Março de 2014	R\$22.877
Garantia	Novembro de 2014	R\$2.664

27. AVAIS E FIANÇAS PRESTADOS

A Companhia forneceu garantia para:

- O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID em 11 de dezembro de 2009, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controlada Loma Negra e o BID, com vencimento até 2017, cujo objeto foi a concessão de crédito no valor de até US\$125.000 mil, destinado à modernização e expansão de fábricas na Argentina.
- O Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch - IBBA, em 26 de março de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Áustria Holding GmbH e o IBBA, com vencimento até janeiro de 2022, cujo objeto foi a concessão de crédito no valor de US\$750.000 mil, destinado a usos corporativos gerais.
- O Banco do Brasil S.A., London Branch - BB, em 17 de fevereiro de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Áustria Holding GmbH e o BB, com vencimento até fevereiro de 2022, cujo objeto foi a concessão de crédito no valor de €\$460.000 mil, destinado a usos corporativos gerais.

- O Banco Itaú - Unibanco S.A., New York Branch, em 28 de julho de 2008, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controlada Loma Negra e o Banco Itaú, com vencimento até 2016, cujo objeto foi a concessão de crédito no valor de até US\$55.212 mil, sendo o montante garantido pela Companhia de US\$125.000 mil.
- A controlada Cauê Finance em 16 de julho de 2005, em decorrência de “Bonds” emitidos no exterior, com vencimento até julho de 2035, no valor de US\$173.672 mil.
- Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado (Finame) estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, no montante de R\$44.116.

A Companhia recebeu garantias para:

- As debêntures contraídas em 14 de março de 2012, com a finalidade de usos corporativos gerais e capital de giro, estão garantidas por carta de fiança da InterCement Participações S.A. e da InterCement Austria Equity Participation GmbH e por penhor de 451.132.545 ações da Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l., no montante de R\$1.500.000.
- Os financiamentos destinados à implantação da Usina Hidrelétrica (UHE Estreito - CESTE) estão garantidos por penhor de direitos emergentes da concessão e fiança da Camargo Corrêa S.A., no montante de R\$169.729.
- O financiamento contraído em 6 de agosto de 2009, com a finalidade de aquisição de máquinas e equipamentos, está garantido por fiança da Camargo Corrêa S.A., no montante de R\$123.508.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Objetivos da administração dos riscos financeiros

Os riscos críticos associados às operações da Companhia, de suas controladas e das controladas em conjunto vêm sendo gerenciados por metodologia própria.

Os riscos de natureza econômico-financeira referem-se principalmente às taxas de câmbio e de juros e à inadimplência de clientes.

A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é realizada pela diretoria financeira corporativa e unidades de negócio, em conjunto com a controladora (“CCSA”), cujo Departamento de Tesouraria Corporativa presta serviços às empresas do Grupo, coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia e de suas controladas por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive de moeda, de taxa de juros e outros riscos de preços), de crédito e de liquidez.

A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. O monitoramento do cumprimento das disposições contida nas políticas é realizado por equipe da diretoria corporativa de gestão de riscos e auditoria e pelo corpo de auditores internos.

28.2. Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas notas explicativas nº 13 e nº 14, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado na nota explicativa nº 19).

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não estão sujeitas a nenhum requerimento externo sobre o capital.

28.3. Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativos financeiros - custo amortizado:				
Caixa e bancos	26.008	17.090	55.360	41.886
Aplicações financeiras - ativo financeiro	312.715	1.530	421.403	46.582
Contas a receber de clientes	77.410	142.781	193.951	247.264
Partes relacionadas	18.861	2.510	48.842	99
Valor justo por meio do resultado-				
Fundos exclusivos	201.557	56.824	201.557	56.824
Passivos financeiros - custo amortizado:				
Debêntures	1.557.295	-	1.565.135	9.999
Empréstimos e financiamentos	661.763	801.545	1.288.182	1.239.243
“Medium-term notes”	92.532	84.949	185.755	170.704
Fornecedores	131.599	111.369	387.017	284.315

28.4. Ativos financeiros designados como ao valor justo por meio do resultado

O valor justo dos fundos exclusivos (mantidos para negociação) foi obtido através das informações disponíveis ao público, sem nenhum tipo de ajuste, sendo, portanto, classificado como nível 1, conforme definido no pronunciamento técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros.

Derivativos

Em virtude das obrigações financeiras em moeda estrangeira assumidas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, seguindo diretrizes estabelecidas pelos respectivos Conselhos de Administração, operações com instrumentos financeiros derivativos podem ser contratadas para minimizar riscos cambiais assumidos por obrigações financeiras e contas a pagar por importação de insumos produtivos, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia realizou diversas operações com instrumentos derivativos, do tipo “swap”, com o Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch. Esses instrumentos consistem na troca dos juros e da variação cambial em dólares norte-americanos contratados nos empréstimos por uma correção relacionada à variação de 99,7% do CDI. As principais características são como segue:

Controladora				
<u>Data da contratação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor original do empréstimo contratado em US\$ (*)</u>	<u>Taxa inicial</u>	<u>Valor do principal do empréstimo em R\$ (*)</u>
30/05/2011	03/06/2013	3.917	1,5799	6.188
31/05/2011	17/06/2013	2.347	1,5790	3.707
31/05/2011	17/06/2013	4.826	1,6108	7.774
15/06/2011	27/06/2013	650	1,6027	1.042
15/06/2011	27/06/2013	2.319	1,5988	3.707
01/07/2011	01/07/2013	3.094	1,5837	4.900
01/07/2011	01/07/2013	772	1,5725	1.213
28/07/2011	05/08/2013	1.455	1,5333	2.230
03/08/2011	05/08/2013	3.247	1,5449	5.016
18/08/2011	19/08/2013	6.767	1,5830	10.712
18/08/2011	19/08/2013	2.936	1,5900	4.668
05/09/2011	09/09/2013	1.577	1,6490	2.600
16/09/2011	23/09/2013	2.528	1,7184	4.344
23/09/2011	23/09/2013	<u>5.479</u>	1,7127	<u>9.383</u>
Total		<u>41.914</u>		<u>67.484</u>

(*) Os contratos de “swap” correspondem exatamente aos valores em dólares norte-americanos e reais demonstrados no quadro anterior com períodos de vencimento também idênticos. Portanto, os empréstimos estão contabilizados conforme a nota explicativa nº 13, como se a taxa contratada originalmente fosse 99,7% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada Loma Negra possui substancialmente a operação com instrumento derivativo, do tipo “swap”, com o Banco JP Morgan Chase Bank N.A., Sucursal Buenos Aires, cujo valor de referência é de US\$7,25 milhões, equivalentes a R\$13.444, considerando a taxa de câmbio prevalecente na data da contratação, em 15 de março de 2008, com vencimento para 15 de março de 2013. Esse instrumento consiste na troca de juros e da variação cambial em dólares-norte americanos contratados nos empréstimos por uma correção relacionada a um percentual fixo estabelecido de 7,25%. Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado é de R\$6.942 e a perda no exercício representa R\$895. A variação do valor justo dessas operações está classificada na rubrica “Despesas financeiras”.

28.5. Exposição cambial e detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

Risco de taxa de câmbio

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira, principalmente em dólar norte-americano e pesos argentinos, e seus resultados podem ser significativamente afetados pela variação da taxa de câmbio.

Os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Ativo:				
Caixas e equivalentes de caixa	39	-	5.641	-
Contas a receber	<u>523</u>	<u>647</u>	<u>1.126</u>	<u>647</u>
Ativo exposto	<u>562</u>	<u>647</u>	<u>6.767</u>	<u>647</u>
Passivo:				
Juros, empréstimos, financiamentos e debêntures	440.628	402.557	866.647	762.053
Mútuo com partes relacionadas	138.005	40.255	51.088	55.332
Fornecedores no exterior	<u>33.365</u>	<u>75.966</u>	<u>102.331</u>	<u>40.839</u>
Passivo exposto	<u>611.998</u>	<u>518.778</u>	<u>1.020.066</u>	<u>858.224</u>

28.6. Valores de mercado

Na Companhia e suas controladas os empréstimos e financiamentos e os outros passivos financeiros classificados como custo amortizado aproximam-se dos valores de mercado, mesmo aqueles contabilizados no não circulante, com exceção do empréstimo “Medium-term notes” e do empréstimo com o BID.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Valor justo	93.436	86.091	303.817	328.560
Valor contabilizado	92.532	84.949	312.545	337.630

28.7. Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às variações do IGP-M, CDI, LIBOR, IPCA e TJLP nos empréstimos e debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são na sua maioria vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativo:				
CDI	514.272	58.354	517.356	61.269
Outros	-	-	3.232	-
	<u>514.272</u>	<u>58.354</u>	<u>520.588</u>	<u>61.269</u>
Passivo:				
IGP-M	14.002	37.025	35.738	37.025
CDI	1.557.295	-	1.565.135	9.999
IPCA	2.667	3.705	2.667	3.705
TJLP	241.529	360.053	273.489	406.124
LIBOR	269.503	247.117	512.839	247.117
Outros	70.329	83.154	70.329	83.154
Total do passivo	<u>2.155.325</u>	<u>731.054</u>	<u>2.460.197</u>	<u>787.124</u>

28.8. Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência.

28.9. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, das variações de ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e aqueles expostos a variações do IGP-M, CDI, IPCA e TJLP é conforme segue:

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
<u>Exposição ao risco cambial</u>							
“Swaps”	Valorização do real	97	337	435	1.130	3.006	4.742
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	Desvalorização do real	1	1	-	105	79	53
Contas a receber de clientes	Desvalorização do real	10	7	5	21	16	10
Passivo:							
Juros, empréstimos e financiamentos	Desvalorização do real	8.180	10.225	12.270	16.088	20.110	24.132
Mútuo com partes relacionadas	Desvalorização do real	2.562	3.202	4.804	948	1.185	1.423
Fornecedores no exterior	Desvalorização do real	619	774	1.161	1.900	2.375	2.849
<u>Exposição a índices variáveis</u>							
“Swaps”	Aumento do índice	-	-	-	(564)	(471)	(308)

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Aplicações financeiras- CDI	Queda do índice	36.256	27.192	18.128	36.474	27.355	18.237
Empréstimos e debêntures:							
IGP-M	Aumento do índice	1.183	1.478	1.774	3.018	3.773	4.527
CDI	Aumento do índice	109.789	137.237	164.684	110.342	137.927	165.513
LIBOR	Aumento do índice	2.275	2.843	3.412	4.328	5.410	6.493
URTJLP	Aumento do índice	13.284	16.605	19.926	15.042	18.802	22.563
IPCA	Aumento do índice	158	198	237	158	198	237

O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das referidas operações. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização da moeda brasileira (real - R\$) em relação ao cenário 1, quanto à moeda estrangeira, e índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25% e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013.

29. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Capitalização de juros	15.548	3.588	15.548	3.588
Aquisição de imobilizado através de financiamento	13.631	20.036	13.631	30.209
Aquisição de terrenos que serão pagos futuramente	7.472	16.708	7.472	16.708
Prescrição de dividendos	-	11	-	11
Aquisição de intangível com dívida	-	-	7.391	-

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital mediante incorporação da CCB - Cimpor Cimentos do Brasil S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2013, a controladora da Companhia aprovou o aumento de capital no valor de R\$1.017.597, mediante a incorporação dos ativos e passivos correspondentes à participação de sua controladora na investida CCB - Cimpor Cimentos do Brasil S.A.

A incorporação será realizada com base no laudo levantado em 31 de janeiro de 2013. Os principais saldos aportados estão apresentados resumidamente a seguir:

	<u>31.01.2013</u>
Ativo circulante	1.409.589
Ativo não circulante	1.440.886
Passivo circulante	(278.783)
Passivo não circulante	<u>(1.554.095)</u>
Acervo líquido	<u>1.017.597</u>

Cisão total da Machadinho Energética S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2013, a Companhia aprovou a cisão total da investida Machadinho Energética S.A. (“Maesa”), e a parcela de 6,3522% dos ativos e passivos da Maesa serão incorporados à Companhia, com base no laudo de avaliação levantado em 15 de janeiro de 2013. Os principais saldos incorporados estão apresentados resumidamente na proporção da Companhia:

	<u>15.01.2013</u>
Ativo circulante	<u>269</u>
Caixa e equivalentes de caixa	66
Outros	203
Ativo não circulante	<u>37.133</u>
Imobilizado	37.133
Acervo líquido a ser incorporado	<u>(37.402)</u>

31. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2013, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2012, estando aprovadas para divulgação.